ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR OS CONFLITOS ENTRE ASSOCIADOS, MORADORES, OCUPANTES, POSSEIROS E PROPRIETÁRIOS, DENTRO DO PARQUE ESTADUAL DO ARAGUAIA NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO, ÀS 09:00 HORAS.

ATA Nº 74

PRESIDENTE – DEPUTADO BAIANO FILHO

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) -...Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia.

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater os Conflitos entre associados, moradores, ocupantes, posseiros e proprietários dentro do Parque Estadual do Araguaia, aqui do Município de Novo Santo Antônio.

Eu convido para compor a Mesa de Honra, o Prefeito Eduardo de Penno, também o Presidente da Câmara Municipal Vereador José dos Santos Vasconcelos; o Vice- Prefeito Milton Siqueira da Cruz, Alexandre Batistela, Coordenador de Unidades de Conservação da SEMA, neste ato representando o Governo de Estado, na pessoa da Secretária de Estado de Meio Ambiente; também o Senhor Raimundo Aguiar da Silva, Presidente da Associação das Pessoas Impactadas pela Criação do Parque Estadual do Araguaia; Cândido Vieira de Amorim, Presidente da Associação dos Quilombolas no Araguaia; ainda membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Novo Santo Antônio, Vereador Edvaldo Pereira de Souza; Vereador Antônio Fernandes Aguiar; e também o Vereador Domingos da Silva Souza.

Composta a Mesa de Honra, convido a todos em posição de respeito cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Registramos a presença da Senhora Vitória da Silva, co-fundadora do Município de Novo Santo Antônio...
...s/tmr...

1127au02.tmr

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) - ... Registramos a presença da Srª Vitória da Silva, co-fundadora do Município de Novo Santo Antônio; Vereador Zélio Pereira Rodrigues, Vereador Jorge Iran da Silva Ramos, Hélio Batista Duarte, também Vereador deste Município; Vereador Luzimar Araújo Rocha, João Mara, ex-Prefeito do Município de Novo Santo Antônio; José Márcio Moreira, Presidente do Partido Progressista; agradecemos a presença da OSCIP, Aliança da Terra, também do Sr. José Antônio Ribeiro Amorim, que é Vice-Presidente da Associação dos Quilombolas do Araguaia; ainda o apoio que a Câmara Municipal emprestou à Assembleia Legislativa para a realização desta Audiência Pública; agradecemos também a presença de toda comunidade de Novo Santo Antônio, a presença dos ocupantes, posseiros e proprietários dentro do Parque Estadual do Araguaia no Município de Novo Santo Antônio; a presença dos servidores da Prefeitura Municipal, a Srª Lucilene Pereira da Silva Santos, nossa Gerente Regional do Parque Estadual do Araguaia; Sr. Adir Rodrigues da Silva, Gerente Regional do Refúgio de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia; ainda Adriana Gradine, Secretária Municipal de Educação do Município de Novo Santo Antônio e também a imprensa que se faz presente nesta Audiência Pública.

Primeiro, eu gostaria de informar que nós teremos o Prefeito e o Presidente da Câmara dando boas-vindas à Audiência Pública. Solicito que as pessoas interessadas em falar sobre o tema com a Mesa, com as autoridades que aqui estão, com o nossos representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente poderão fazer as suas inscrições com a nossa equipe da Assembleia Legislativa, essa senhora bonita que está no meio é um das nossas companheiras para poder receber as inscrições e temos também atrás da porta outros componentes da Assembleia Legislativa. Então, essas inscrições serão feitas e faremos o chamamento uma a uma para que as pessoas de forma democrática, responsável, correta e disciplinada, acima de tudo, possam expor os seus respectivos sentimentos não só a mim, como Deputado Estadual, mas também ao nosso representante da Secretaria de Estado .../cac

1127au03.cac

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) - ... como Deputado Estadual, mas também ao nosso representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que aqui está conosco.

Primeiro, eu quero dizer que propusemos esta Audiência Pública, mais uma vez, no bom sentido dizendo, provocados por uma manifestação do Poder Legislativo e também do Executivo deste Município, que cobrou da Assembleia Legislativa este momento para fazermos de forma saudável esse debate onde esperamos encontrar caminhos para que as desavenças ocorridas possam não ocorrer e, evidentemente, os transtornos, as insatisfações ocorridas deixem de existir, independentemente do momento em que está sendo realizado todo esse processo, e já de vários anos aqui na região no Município de Novo Santo Antônio.

Então, nós propusemos esta Audiência Pública e a Assembleia Legislativa, de forma unânime, aprovou o nosso requerimento. E o nosso objetivo, acima de tudo, é contribuir em todos os sentidos, aonde for necessário, é encontrarmos a paz nesta região. Não estou dizendo que existem coisas tão superiores, mas, acima de tudo, não existe uma tranquilidade por parte daqueles que estão no parque, não existe tranquilidade por parte daquele que tem o dever, respaldado em lei, de fazer o acompanhamento, de fazer o funcionamento do parque. Mas queremos ter a confiança de que haveremos de encontrar caminhos para que uma solução pacífica seja encontrada. Até porque

SEM REVISÃO

muitos me diziam: Não tem como acabar com esse parque? Já fui questionado sobre isso. E esse não é o grande problema, também. Até porque a cidade de Novo Santo Antônio tem, na sua economia, na sua receita, na sua arrecadação, no ICMS auferido pelo parque, uma das grandes receitas que o município tem.

Então, vamos imaginar que haja essa possibilidade, mesmo assim haveria uma grande perda para o município com o ICMS, que é a maior receita que este parque tem dentro das receitas durante cada exercício. O que precisa é haver esforços de todas as partes, da parte do Governo, da parte da sociedade, da parte das pessoas que aqui estão, dos ocupantes de outros órgãos já envolvidos e que chegam ao nosso conhecimento...

s/asg

004///////

1127au05.lcb

O SR. EDUARDO DO PENNO -...estão aqui há trinta, quarenta, cinqüenta anos, e acredito que vivem praticamente do mesmo jeito que era há trinta, quarenta anos. A estrutura é a mesma.

Então, eu acho que o momento importantíssimo para Novo Santo Antônio, porque nós estamos com a extensão da Assembleia Legislativa. Nós estamos com uma discussão aberta. É um debate. Eu falo que isso aqui não é discussão, porque quando se pensa em discussão, o pessoal pensa em briga. Não! Nós estamos aqui para um debate, como diz o Deputado, todo mundo terá o direito de expressar a sua opinião, de dar o seu sentimento, eu acho que terá muitas pessoas abaladas sentimentalmente, porque assim, são coisas muito pesadas para a questão humana que aconteceu. Então, são coisas que não foram muito bem interpretadas. E eu acho que é o momento de discutirmos se há algo a se fazer para amenizar esse problema e resolver talvez esse problema. Porque como todos nós sabemos, há famílias que estão aí a mais de trinta, quarenta anos.

E nós temos que chegar, eu acho que tem que ser dado pelo menos um voto de respeito nessa discussão. Tem que ser um processo de mais diálogo e menos força. Está sendo usada muito a força recentemente. Houve muitas atribulações. Não é papel nosso interferir nessas coisas, porque nós não temos esse poder de interferir, mas é o nosso dever ouvir esses problemas que vem e dar uma posição e dar uma fundamentação.

Então, nós estamos aqui aberto para essa discussão junto com a SEMA. Estamos aqui aberto junto com a questão dos moradores do Parque. Agora, nós temos mais os quilombos que estão aqui dentro também, que precisam do nosso apoio. E nós temos que dar esse apoio, porque também nós temos que ter uma idéia, porque as condições que essas pessoas estão ficando são desumanas, em barraco de lona, sem poder nenhuma estrutura sanitária, sem estrutura nenhuma do Poder Público poder fazer nada para ajudar. Se Deus o livre acontecer um acidente com cobra, com qualquer outro inseto, como que será dada essa assistência a essas pessoas lá em baixo, não tem estrada para isso, não tem transporte, o acesso é difícil.

Então, nós temos toda uma situação que pode ser uma coisa muito difícil, principalmente agora que vai iniciar o período chuvoso que fica mais crítico ainda. Nós temos que ter um planejamento tanto o Estado, quanto a SEMA, quanto as entidades que estão aqui nesse

SEM REVISÃO

processo hoje, para que não haja nem um atrito, que não haja nem um descaso, que não haja nenhum abandono das condições mínimas de sobrevivência.

Eu acho que hoje o que nós estamos preocupados com são as condições...

...s/tmr...

1127au06.tmr

O SR. EDUARDO PENNO - ... com as condições de sobrevivência das pessoas. A restrição que está sendo imposta a essas pessoas que estão morando ainda que não chegou a um consenso final de todo esse processo que vem há mais de dez anos de desapropriação, seja qual for.

E o nosso medo é que Novo Santo Antônio não passe pela turbulência que passou Alto da Boa Vista com a destruição. De repente chegar aqui e falar agora é destruição do Parque do Araguaia e vai tirar todo mundo. Chegar a Força Nacional ou a Polícia Militar. Ninguém está querendo passar por todo esse constrangimento.

Se há uma discussão e algo melhor para nós fazermos e se pensar para esses produtores, vamos abrir para esta discussão. Vamos abrir esse diálogo. Ah, está atrasado, está dez anos depois. Nunca é tarde. Nós temos que resolver o problema. Nós temos o problema, não podemos fechar os olhos para este problema. Nós temos muitas famílias aí dentro, nós temos pessoas que só tinham isso na vida, não têm mais nada, não têm mais para onde ir. Já aconteceram casos extremos há três, quatro anos. Eu falo por desespero, porque só tinha aquilo. A pessoa faz uma coisa por desespero.

O ser humano entra em colapso todo dia, hoje, todo dia tem ... para rico é estresse para pobre é frescura. O rico estressa vai pega o carro atropela, bebe. O pobre se ficar com frescura é porque estressou. Todo mundo tem problema psicológico, tem a depressão, todo mundo tem problema, porque não tem para onde ir. Todo o seu sustento está ali. E nós temos que ter um carinho especial nesta discussão, com essas pessoas. Porque muitos também não têm a capacidade intelectual daqueles que estão aqui hoje de quem está lá em Cuiabá, de quem está lá em Brasília. A concepção como funciona o Legislativo, o Judiciário, não tem essa clareza na concepção da sua vida, por quê? Porque nasceu ali na roça, viveu na sua simplicidade, honra a palavra, honra o fio do bigode, é do tempo do bigode que não precisa fazer escritura. O que se falava se cumpria. Então, são pessoas diferentes, são culturas diferentes, nós temos que estar dialogando em nível de cada cidadão, em nível de cada escolaridade, em nível de cada setor.

Dentro do Parque existem alguns empresários que têm seus investimentos há muito anos aqui com área de lazer, que só querem com lugar de lazer, que não depredam, que tem criação de animais, que tem nada, só tem para residência que está ali. São pontos que têm que ser analisados caso a caso. Acho que hoje é o primeiro passo. Eu espero que esta seja a primeira discussão de outras que virão, até nós podermos chegar a um consenso que satisfaça a todos. Satisfazendo a questão do meio ambiente, satisfazendo a questão do produtor, a questão do ecossistema, a questão da biodiversidade, a questão do município, que está aqui no meio de toda essa circunstância que precisa de seus moradores. Nós temos o papel do morador que precisa respeitar a lei que somos obrigados a respeitar a lei. A lei foi .../cac

1127au07.cac

SEM REVISÃO

O SR. EDUARDO PENNO - ...precisa respeitar a lei, porque nós somos obrigados a respeitar a lei. A lei foi feita não para ser questionada e nem discutida. Ela foi feita para ser cumprida. Nós temos isso. Mas, do mesmo jeito que se criou uma lei, pode-se criar uma outra novamente. Foi feito uma lei, hoje? Essa lei está dizendo isso? Vamos estruturar, vamos trabalhar, vamos fazer um estudo, vamos levar à Assembleia Legislativa para que a mesma possa organizar uma nova lei para dar melhor qualidade, melhor estrutura para essas pessoas que estão aí dentro da lei, do mesmo jeito que ela possa ser respeitada.

Então, essa é uma discussão importante que nós temos aqui hoje. Peço aos senhores moradores que querem a palavra, que sejam diretos, que sejam justos, que fale aquilo que está afligindo o seu coração, esclareça, como diz o outro, coloque todos os pingos nos "is", porque uma coisa é quando está na rua e outra coisa é quando está aqui e a pessoa fica inibida. Não. Se você passou por um ressentimento, coloque os seus problemas, coloque a situação que está aqui hoje, coloque-a em pauta. Quem estiver aqui e tiver poder e autoridade para responder, será respondido. Se não tiver, vai levar para alguém que possa dar essa resposta.

Então, vamos pontualizar. Porque isso que eu conversei com alguns advogados agora há pouco, e com os vereadores, é o momento de fazermos uma discussão séria, documentar essa discussão, para ter o primeiro passo para não termos nenhum problema e nenhum conflito.

Eu estou preocupado, vários vereadores estão preocupados, o Presidente da Associação está preocupado e que possa acontecer algum problema, algum conflito uma hora dessa, pelas circunstâncias. Há coisas que são, não vou dizer, talvez, como falei hoje para um servidor, não é a SEMA. Às vezes, a parte que está sendo conduzida por um servidor são diferentes e o órgão não pode ser culpado por um ato isolado. Então, cada caso tem que ser apurado. Só que tem que ser apurado no lugar certo. Se houver excesso, cada um vai atrás e vai resolver esse excesso daquele problema. Nós temos que separar. Essa discussão é para isso. Nós temos que separar cada caso, isoladamente. Não adiante tentarmos fazer tudo como um todo, porque são partes diferentes.

Agradeço a oportunidade e agradeço a todos que vieram. Fico feliz de ver a comunidade aqui, hoje, de ver esses proprietários aqui, hoje, e falo a vocês o seguinte: acreditem no diálogo, porque ele ainda é a melhor maneira possível de chegarmos a um bom senso. Vamos acreditar no diálogo, vamos acreditar no debate, vamos acreditar que, conversando, nós chegaremos num ponto melhor sem cometermos algo que depois possamos arrepender mais na frente.

Agradeço a presença de todos. Ao Alexandre por estar aqui presente. É muito importante a sua presença, porque você é um dos trabalham nesse parque desde o princípio, conhece a sua história. E acho que conhece a história de muitos produtores que estão aqui hoje. Então, vai ser importante isso porque não vai ter aquilo de recado e do diz-que-me-diz-que. A SEMA estará aqui presente, hoje, e a Associação...

s/asg

008///////

1127au09.lcb

O SR. JOSÉ DOS SANTOS VASCONCELOS -...não tem como esperar mais esse tão extenso massacre, porque eles estão massacrando aquelas pessoas alí.

SEM REVISÃO

São confrontos ideológicos aonde envolve o pessoal da SEMA, ONGs, ás vezes até a própria polícia sem estar atendendo com o regulamento, respeitando os direitos de propriedades que é um direito que ninguém tira.

Eu quero deixar bem claro, porque nós não podemos, Deputado Baiano Filho, desviar o foco. O foco agora é resolver. Até saindo um pouco da pauta, eu tenho um compromisso com o Pedro Taques, Governador do Estado, aonde essa estrada que passa dentro desse parque poderá voltar a origem de passar por aí. Porque Novo Santo Antônio e Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia foi criado para ter uma ligação aqui do Mato Grosso que está parado no barranco do Rio das Mortes.

E nessa hora nós sabemos que o Parque Estadual do Araguaia não é um extraterrestre. Ele tem uma administração e do Governo do Estado. E essa administração não pode esquecer de que o direito de uma propriedade não pode deixar de ser respeitada.

E por isso a Câmara Municipal de Novo Santo Antônio se coloca à disposição e a comunidade, eu falo em nome comunidade que espera o progresso. E o turismo de Novo Santo Antônio é uma das fontes de renda que está bloqueada em rede nacional.

Quando a SEMA , quando a polícia, quando as ONGs atacam, dentro de poucos minutos todo o país, Brasil e até o mundo e nós ficamos sem a fomentação da economia do nosso município.

Meu muito obrigado, senhores e senhoras.

(A PLATEIA MANIFESTA-SE – PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Presidente da Câmara, Vereador José dos Santos Vasconcelos. Convido para usar a palavra, o Senhor Raimundo Aguiar da Silva, Presidente da Associação das Pessoas Impactadas da Criação do Parque Estadual do Araguaia.

O SR. RAIMUNDO AGUIAR DA SILVA – Bom dia a todos! Companheiros que estão aqui, autoridades presentes e a toda comunidade, prefeitos, vereadores, um bom dia para todos.

Pessoal eu não vou aprofundar muitas coisas, porque nós somos muitos para falarmos. Então, nós temos que reduzir um pouco.

Mas a minha grande meta que eu bato em cima é a questão realmente do Parque. Esse assunto, nesse momento, nós temos que sair daqui hoje com uma decisão favorável aos que merecem. Quais são os que merecem?...

...s/tmr...

1127au10.tmr

O SR. RAIMUNDO AGUIAR DA SILVA - ... aos que merecem. Quais são os que merecem? Os proprietários que são donos das suas coisas. E o que eu mais lamento é a questão do tratamento, não sei se é a SEMA, mas eu considero a SEMA, dos maus tratos que houve por parte neste período em que estiveram aqui prestando serviço.

Acredito e não chamo aquilo de civilização. Eu chamo de vandalismo. O que eles fizeram foi um fracasso estrondoso. Desrespeitaram totalmente as propriedades e as pessoas, até os coitados que vinham pela estrada de moto, seis policiais pulavam de lá e casava na cara. Não se trata de bandido. Se trata de gente que são proprietários que estão lutando pelos seus direitos, correndo atrás daquilo que é seu. Eu sinceramente deixou a desejar.

SEM REVISÃO

Sempre eu dei a Lucilene uma nota dez pelo trabalho dela. Eu sempre disse isso a ela. Mas desta vez agora veio uma programação na mente dela que nos deixou a desejar. Espero em Deus, peço ao Superintendente da categoria que tome as suas decisões, que passe a conhecer, porque nós não somos obrigados a ser subornados da forma que fomos, merecemos respeito e lutamos pelo nosso respeito. Acredito que vocês também são humanos. Parecendo que eram cangaceiros por onde passavam. Chegavam a propriedades que não tinha um ser humano. Pegaram tudo e levaram. Como que chamamos isso? Vocês coloquem ... Eu, pelo menos, sinceramente acredito que fica a desejar.

E eu convido a todos vocês, parceleiros de dentro do parque que antes de encerrar aqui a nossa oportunidade, alguém que queira registrar as suas queixas pode se dirigir ao Deputado Baiano Filho e faça pessoalmente e apresente a ele. É a pessoa capaz de nos ajudar para resolver o nosso problema. E muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Eu vou convidar o Sr. Candido Vieira, representa a Associação dos Quilombolas.

O SR. CÂNDIDO VIEIRA – Bom dia a todos!

Nós vamos falar pouco. Eu quero primeiro, Deputado.

Luciara nós conhecemos um pouco. Então, eu vejo esse trabalho.../cac

010///////

1127au11.cac

O SR. CÂNDIDO VIEIRA - ...dez anos. A base judicial nós conhecemos um pouco.

Então, eu vejo esse trabalho da SEMA aqui no parque como a lei que criou o estadual, e essa lei foi criada pelos Deputados. Então, o senhor hoje está aqui para resolver esses problemas. Se o funcionário do Governo está cometendo esses erros em cima da população é porque aprovaram uma lei para ele fazer isso. Porque eu não acredito que esse funcionário está saindo de lá sem o Governador e a Assembleia Legislativa saber. Porque nós somos os Quilombolas e não querem nos deixar nem entrar na área que já moramos por muitos anos. A lei Federal nos protege e a estadual está nos impedindo de entrar. Já roubaram os nossos barracos, já cortaram, já derrubaram.

Eu peço a todos vocês que foram prejudicados, está na hora de cobrarmos do Deputado, porque o único que pode resolver o problema da lei é o Deputado, porque foi ele que criou a lei, naquela época. Não vou dizer que foi o Deputado Baiano Filho, mas foi criada a lei estadual, porque criaram o parque estadual. Então, o municipal não pode entrar, mas o Deputado pode resolver os problemas para nós. Nós estamos lá na chuva, Deputado. Nós estamos lá na chuva, porque não nos deixaram construir um barraco para ficarmos de baixo. E para ficar, temos que ficar de baixo de barraco de lona e quando o vento vem arranca tudo, deixa todo mundo na chuva, nos deixa sem barraco. Quer dizer, nós não somos cidadãos só porque somos negros e não podemos morar aonde possuímos uma terra há muitos anos e hoje a lei Federal nos protege e a estadual está nos impedindo de entrar?

Eu quero dizer isso para que o senhor tome uma decisão e veja, nos dê apoio, cobre da SEMA para nos autorizar a construir os barracos. Porque nós não vamos sair de lá até

SEM REVISÃO

resolvermos o problema, não sei se federal ou estadual, mas nós vamos continuar porque é um direito nosso que vai ficar para os netos, bisnetos, tataranetos. É direito que nós temos.

O que eu quero esclarecer para os nossos companheiros que estão na área, é um direito nosso, o seguinte: nós moramos lá por trinta anos, e quando saímos de lá não vendemos nada para ninguém. Saímos de lá. E era uma doação do Governo do Estado há muitos anos atrás, um negócio de Calambanha e nós não sabíamos. Quando nós estivemos lá em Brasília é que ficamos sabendo que tínhamos esse direito de voltar e tentar entrar com a nossa ação. Só que nós achamos que iríamos entrar com a questão com o Dr. Miranda. Nós pensávamos que esse que viria contra nós, mas não, estamos recebendo ataque é do Estado, não é do fazendeiro. Nós fomos barrados pela SEMA.

Quer dizer, o próprio Governo Federal nos autoriza a vir e a SEMA, que é o órgão do Governo estadual, nos esbarra para não entrarmos. Nós estamos lá porque somos teimosos. Se não fôssemos teimosos, não estaríamos lá...

s/asg

012///////

1127au13.lcb

O SR. MILTON SIQUEIRA DA CRUZ -...Presidente, sem olhar o lado da comunidade aí dentro. Por isso que está tendo esses problemas. Porque a SEMA, ela tem direito de trabalhar, mas o morador tem direito de morar lá dentro. Porque quando eu cheguei aqui, ainda não era o Parque, eu cheguei aqui ainda não tinha o Parque. Eu conheci todo mundo lá dentro, jamais eu vou deixar de dar apoio para as pessoas que acreditaram em nós. Por isso que eu quero fazer um pedido ao Deputado, para ele falar o que está acontecendo, ver o que aconteceu de errado dentro do Município. Eu escuto só barulho, está acontecendo isso, está acontecendo aquilo. Mas se ajuntar todo mundo de agora para frente, os vereadores, prefeitos, prefeita, todo mundo, vamos sentar, vamos conversar, se for preciso irmos em Brasília, vamos em Brasília para ver qual é o direito que a população tem lá dentro. Porque não é fácil, depois que você monta um parque como foi montado esse daí, não é fácil. Porque quando foi montado o parque não foi analisado. Por isso que vocês estão sofrendo, vindo esta conseqüência para vocês. Se tivessem analisado, não estava vindo essa conseqüência hoje.

Estou aqui à disposição para discutir o melhor para vocês lá dentro. Porque eu vejo o sofrimento. Porque eu nasci e criei na roça.

Então, eu ficava muito alegre, quando vinha um político, vinha nos proteger lá, porque o parceleiro sempre anda sem proteção. Quem dá proteção para eles? São os representantes do município, vereadores, prefeitos, prefeita, Deputados. Então, nós temos como olhar esse lado para vocês.

Essa é a minha fala. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Foi o nosso Vice-Prefeito aqui de Novo Santo Antônio, o senhor Milton Siqueira da Cruz. Vou convidar o Alexandre Batistela, Coordenador da SEMA, que fará a sua primeira participação, na seqüência nós ouviremos os inscritos da platéia que vão evidentemente manifestar as suas falas e também evidentemente poderão direcionar perguntas aos componentes. Eu passo a palavra ao Alexandre, a quem eu agradeço pela

SEM REVISÃO

participação, ele representa não só a Secretaria, a Secretaria é um braço do Governo do Estado de Mato Grosso, representante do Governo do Estado nesta Audiência Pública em Novo Santo Antônio.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Eu primeiramente agradeço, é uma honra estar aqui novamente com vocês e assim, esta nobre iniciativa, do Senhor Deputado, que eu acho que isso é o caminho e o papel de um Deputado Legislador nosso, estar próximo para escutar as demandas da sociedade...

...s/tmr...

1127AU14.tmr

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... de um Deputado, de um legislador nosso, que está próximo para escutar as demandas da sociedade, intermediar conflitos. Em nome da Secretária de Estado, Ana Luiza, de nosso Governador, nós sempre estamos abertos, sempre quando fomos convidados, como órgão estadual, que represento como o próprio Deputado comentou, o braço do Estado.

Quando um técnico nosso está aqui em campo é um técnico do Estado. Não é a pessoa. Então, não entendam também que muitas vezes é o Sr. Antônio e Sr. José que vieram aqui que estão nos perseguindo. Sempre tem alguém por trás. Então, não é uma coisa pessoal. Agradeço a oportunidade de estar junto de vocês. Isso é uma coisa que eu gosto muito.

Já estive algumas vezes aqui juntos conversando, um pouco brigando, um pouco choramos juntos, nós já choramos juntos. É nós achamos o caminho do meio, mediar processos. E até a minha função hoje é escutar realmente, ver essas demandas todas, esclarecer também, porque existe eco, muitas informações que muitas vezes se perdem de como ela é iniciada e quando chega na pessoa final, que normalmente é o que? É o morador dentro do município, um morador dentro lá do Parque, por isso é muito importante.

Quem já aqui de vocês, vários de vocês, que eu tive o prazer e a honra de conversar em outros momentos, e até os meus técnicos tiveram também este prazer de estarem com vocês. E nós somos muito francos. Eu não vendo esperança, mas também eu não vendo desgraças. Eu estou aqui para fazer o papel técnico. Eu não tenho nada contra, como também não tenho nada a favor. Eu estou aqui para fazer o que é possível, ajudar, mas também eu não posso // porque eu represento o Estado. Isso tem que ficar muito claro também que não é uma relação... Por exemplo, é o Governador do Estado que está perseguindo a população, é o Alexandre, é a Secretária, é o técnico da Coordenadoria, é o Gerente da Unidade. De forma alguma. Nós estamos fazendo o nosso trabalho como Executivo.

Em relação a alguns pontos aqui que quero retomar algumas falas do passado é a questão que tem que ter muito claro dentro do Parque Estadual do Araguaia que temos quatro situações muito distintas.

Primeira, são os usuários que não têm posse que simplesmente fazem atividades lá dentro. Isso em 2010 nós começamos uma ação. Então, esta ação que está em curso este ano já se iniciou lá atrás. Quem aqui .../cac

1127au15.cac

SEM REVISÃO

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... em 2010 nós começamos uma ação. Então, essa ação, que está em curso este ano, ela teve início lá atrás. Quem aqui é morador sabe, conhece, teve uma ruptura nessa ação, foi quando nós começamos o processo de notificação das pessoas que não tinham nenhum vínculo com a área. Elas vinham, levavam o gado, iam, exploravam a pesca, ou iam e exploravam madeira, ou outra coisa lá dentro, e voltavam para a cidade. Essas foram as primeiras pessoas que, dentro da legalidade, não têm direito nenhum. Então, nós notificamos, alguns foram autuados, alguns foram presos.

Nós tivemos até a infelicidade de um funcionário nosso ser assassinado; de um morador do município ser assassinado e não foi estresse de ninguém, não foi pressão. Simplesmente foi um ato de violência e covardia. Foi muito triste. A pessoa estava com crime ambiental, explorando madeira ilegalmente dentro do parque, tinha caça, ele fez uma emboscada, os técnicos foram para conversar e ele fez uma espera e matou um ser humano como se fosse um animal... Vocês me desculpem, quem morreu não foi ninguém de fora, era um morador de Novo Santo Antônio. E é muito grave isso.

Então, eu acho que nós funcionários públicos só estamos fazendo o nosso trabalho. Nós não merecemos nem ser mais que ninguém e nem ser menos, só queremos ser tratados com dignidade.

Eu só peço aos senhores que o meu pessoal da ponta seja respeitado, porque, se não tiver respeito, nós vamos usar, sim, o braço do Estado para proteger a integridade dessas pessoas.

Um outro ponto posterior a isso. Nós tivemos uma ruptura, foi quando tivemos uma questão, e acho que muitos dos senhores aqui conheceram o Sr. Alonso, que até os próprios vereadores foram a Cuiabá reclamar que queriam que o tirassem. E o nosso Deputado, na grandeza dele, reconheceu que a indicação, na época, foi um equívoco. Ele voltou atrás nessa indicação e indicou uma pessoa, novamente, com um perfil técnico, que foi a Elis Regina, que todos os senhores tiveram o prazer, e eu tive a honra de trabalhar com a Elis. É uma das pessoas que mais admiro na minha vida, hoje, pelo empenho daquela pessoa no trabalho dela aqui. E eu agradeço demais a indicação dela pelo Deputado Baiano Filho, que honrou com os compromissos dele como digno legislador que ele é.

Indicação não é problema, não é, Deputado? Eu acho que faz parte do processo democrático. Foi uma pessoa que se empenhou e sempre teve um relacionamento muito humano com as pessoas. Teve um mal-entendido com o senhor, que nós conseguimos sentar e resolver...

(O SR. PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE - Vocês dois são meios complexos, são difíceis, mas nós demos uma acalmada naquele estresse de vocês...

s/asg

016///////

SEM REVISÃO

1127au17.lcb

O SR. ALEXANDRE BATISTELA -...autorizou uma pessoa que não tinha posse mansa anterior e não era um coitadinho construir um pesqueiro e incluir até uma sauna que tem equipamentos de mais de vinte mil reais dentro. Certo? Desculpem-me. Foi colocado aqui, nós sim olhamos caso a caso. Nós não chegamos... cada um é um. Porque todo mundo que está aqui dentro são pessoas e elas merecem serem tratadas com toda dignidade.

E o último caso que nós temos dentro do Parque são os proprietários com título. Então, você tem quatro situações muito distintas com níveis de independência de direitos instituídos. Isso tem que se ter muito claro quando se cada uma dessas instituições, dessas pessoas, quando fator, o que um pode e o outro não pode.

E agora nós estamos tendo muito caso que foi como o senhor Candidio comentou que é dos remanescentes quilombolas. Até assim, em relação o que o senhor falou, um ponto que eu quero esclarecer para o senhor, até o momento o território quilombola do senhor não foi identificado, por isso que não foi dada nenhuma autorização para o senhor permanecer alí dentro, pelo contrário, a SEMA está ainda auxiliando em todo o processo, desde quando os antropólogos do INCRA estiveram aqui sem nenhum documento, solicitando para fazer uma vistoria na área que ainda os senhores não tinham chegado aqui, nem tinham entrado dentro da área do Parque.

Nós autorizamos, o nosso gerente do Refúgio acompanhou essa auditoria de boa fé, eu recebi em Cuiabá a antropóloga repassando todos os documentos históricos do Parque, para nós estarmos até auxiliando no processo de reconhecimento do território remanescente de vocês.

O Promotor Federal, nós temos conversado com ele também. Mas,assim, o que eu tenho a dizer para o senhor, legalmente eu não tenho como autorizar o senhor a fazer nada lá dentro, até que o território do senhor seja demarcado e identificado. O que foi até agora, o que me passaram os antropólogos e um promotor federal, que foi reconhecido que vocês são legítimos remanescentes de quilombola. Agora está em processo de identificação e delimitação de área de uso tradicional. E isso também é um outro ponto. A única atividade que os senhores poderão fazer dentro do Parque, são atividades caracterizadas em laudo antropológico que diga que são atividades ancestrais...

...s/tmr...

1127au18.tmr

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... diga que são atividades ancestrais de subsistência para o modo de vida tradicional com os antepassados que o senhor viveu ali dentro.

Então, o senhor não vai poder fazer pesca para venda, o senhor não vai poder atividades que não sejam de subsistência, porque era esse o modo de vida tradicional dos antepassados do senhor. E ainda pela legislação federal, a permanência do quilombo assim que foi delimitado de vocês ali, que é um processo que ainda vai algum tempo. Nas informações que eu tive pode levar anos. Em nenhum momento nós interferimos nesse processo. O senhor pode ficar bem tranquilo. Tanto que nós auxiliamos até na identificação e comprovar a documentação da pessoa que tirou os antepassados do senhor ali daquela área. São os laudos que nós temos da criação do parque estão sendo usados nos processos dos senhores junto à Fundação Palmares.

SEM REVISÃO

Então, eu falo. Existem ecos, existem instâncias, e normalmente quando a informação é gerada e quando ela chega no receptor final pode ter perca disso. Então, fique tranqulo. E essa ocupação de vocês ali dentro não é permanente também. Porque pela legislação,nós temos que garantir o modo de vida dos senhores até que possamos fazer a relocação de vocês. Então, o que vai acontecer.

Terá um processo de mediação junto ao Ministério Público Federal, Fundação Palmares, os antropólogos do INCRA, num processo para encontrar um local que garanta esse modo de vida tradicional de seus antepassados. Se é necessário como... Meus técnicos mostraram que os senhores os levaram na área onde está o fundador dos quilombos de vocês enterrado, se é uma área que vocês precisam ter algum vínculo sentimental, espiritual, tudo isso vai ser respeitado, sem forma nenhuma. O que é de direito não é errado. E vocês a partir do momento em que tiverem conhecido o território, nós respeitaremos, como respeitamos hoje. Os senhores estão lá dentro e nós estamos respeitando. Nenhum técnico meu, isso eu posso garantir porque eu confio neles, eu acho que nenhum destratou os senhores. E a ordem que eles tiveram, que eles passaram para vocês para tirar animais domésticos foi minha. E que não foi da minha cabeça. É legal. Porque o senhor tem cachorro, tem gato, o senhor sabe que no meio do mato o que cachorro e gato fazem? Vai para o mato, fazer o quê? Comer coisa. Não fica quieto. Quem tem fazenda aqui sabe disso. Então, esses são alguns pontos.

Uma outra coisa eu quero tranquilizar. O Vereador .../cac

1127au19.cac

O SR. ALEXANDRE BATISTELA -... E uma outra coisa, também, que eu queria até tranquilizar, o Vereador José falou sobre a estrada, retomar. Eu vou até falar de uma preocupação que nós temos como gestor do parque e isso, desde o Secretário Maia, em 2010, quando começou o processo de licenciamento da ponte em cima, que passa lá pelo Refúgio, que vai ser asfaltado aquela rota, desde aquela época, depois o Secretário Falcão, nós conseguimos no EIA/RIMA do licenciamento um condicionante para autorizarmos, que a estrada passasse por dentro do Refúgio, que é longe do Araguaia, lá próximo do "Seo" Gaspar, que é onde /////, com muita honra também, até aqui eu tenho o Adir com a gente como funcionário, é uma pessoa que lutou muito junto conosco e também é um filho da terra e com muita honra eu o tenho no quadro da Secretaria hoje.

O condicionante é: aquela estrada que todo mundo vê no mapa, que sai daqui, do lado de cá, quem já olhou o mapa, existe uma estrada planejada que não é dentro do parque, é fora do parque. O condicionante é que essa estrada seja concluída, feita, saia do mapa e asfaltada para ligar como ramal. Esse é o condicionante em todo licenciamento. E nós propusemos isso, na época, com o Secretário Maia que coordenou e, por último, com o Secretário Falcão. Com certeza, o Governador Pedro Taques e a Secretária Ana Luiza não vão voltar atrás numa decisão dessa, de forma alguma, que só vai beneficiar todo mundo e vai fazer uma conexão excelente, até preocupação do Prefeito com relação ao turismo. Isso vai dar um salto maravilhosos para o município.

Outro ponto colocado, que foi o Sr. Raimundo que falou sobre a truculência até do motoqueiro que foi pegar uma pessoa de baixo da cama. Só esclarecer essas coisas, porque talvez essa tenha sido a versão entendida por ele. A equipe estava chegando na cidade, o veículo da Polícia tático que estava atrás, um motoqueiro viu o carro de polícia, parou a moto e ninguém fez nada. Jogou a moto e saiu correndo. Quem corre de polícia? Eu não corro. E daí o policial falou: Tem algo

SEM REVISÃO

errado! Foram atrás... Não, tranquilo, mas aconteceu isso. Se foi um mal-entendido ou não foi, a polícia não tem como saber. Então, nesse caso específico, foi isso que aconteceu.

Um outro ponto, com relação às ações, como foi colocado, dos servidores dentro, aqui, nessa última aqui, que foram truculentos destruíram coisas e tal, na verdade, nós até recebemos uma denúncia sobre isso, junto a nossa Ouvidoria...

s/asg

020///////

1127au021.lcb

O SR. ALEXANDRE BATISTELA -...60%, entendam isso. Então, vamos ver lá outro ponto também. Qual o tamanho, o número de habitantes do município, Prefeito, hoje?

O SR. EDUARDO PENNO – Dois e trezentos.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Dois e trezentos. Quantos desses dois e trezentos estão dentro da área do Parque? Eu tenho mais ou menos esse valor. É menos de 10 a 20% da população.

Então, temos que pensar no bem coletivo, porque esse é o trabalho do Estado, mas não tirando o direito do indivíduo exigir os seus direitos, como nas falas que eu já tive aqui nos encontros anteriores que eu tive com os senhores. Eu não sou o dono da verdade. Tanto é que de uma última reunião que nós tivemos aqui, surgiu uma ação judicial que foi ganha em primeira instância pelo grupo, eu acho que de sete posseiros e proprietários para fazer reformas de benfeitorias pré-existentes.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE –INAUDÍVEL)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Isso, dez pessoas, tudo bem. Então, conseguir esse direito. E nós respeitamos esse direito. Só eu terminar e aí nós abrimos. Eu só estou colocando a contextualização até para ajudar a esclarecer os debates que nós teremos subseqüentes.

Agora, o que acontece, a situação hoje que eu comento muito com a equipe, a corda esticou. Por quê? Como eu falei para os senhores, nós começamos uma ação de notificação com quem não tinha direito nenhum, depois com quem era posseiro posterior a 2001, da retirada de gado, de mexer nas atividades, depois recentemente com o pessoal que é posseiro anterior a 2001, e por fim vai chegar aos proprietários de títulos, que é aquela hierarquia de integridade e de direitos de cada um.

O que acontece hoje? Chegou a um ponto que a situação foi judicializada. Por essas duas ações que entraram em primeira instância, nós estamos sendo provocados hoje pelo Ministério Federal e pelo Ministério Público Estadual para fazer o quê? Para recorrer e fazer a nossa parte como órgão gestor, como executivo.

O que é essa última operação, que aí é onde eu encerro a minha fala, que eu até vou mostrar algumas imagens. Qual foi a ordem que a equipe teve aqui? Verificar. Tivemos denúncias que algumas das pessoas, não todas, como eu disse, eu não generalizo, cada indivíduo é um indivíduo. Que algumas das pessoas que tinham...

...s/tmr...

SEM REVISÃO

1127au22.tmr

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... é um indivíduo. Que algumas das pessoas que tinham essas duas liminares que uma é de gado e a outra específica para reformas, mas uma tem gado junto. A outra o juiz pediu o gado, mas o juiz só deu para reformas. Então, o que acontece.

Usaram desse instrumento para fazer outras coisas. Porque a alegação e a construção da tese, como eu disse para os senhores, são verdades parciais. Que cada qual tem a sua verdade. E não tiro o mérito. Cada um defende a sua verdade. Então, eu estou aqui defendendo a verdade do Estado, do Executivo e do direito difuso, que é uma sociedade como um todo. Não de um indivíduo. Como eu disse aos senhores. O ICMS Ecológico, eu estou aqui defendendo essa grande parte da população do município. Mas também nunca eu vou desrespeitar indivíduos que estão dentro ou estão em curso contrário ao que é o bem do coletivo. Nesse ponto, o que aconteceu.

Os técnicos vieram aqui com uma única função. Existe uma ordem judicial. Nós não discutimos. Nós descumprimos. Quem questiona ordem judicial é a Procuradoria do Estado, são os nossos advogados, que até está sendo reformulado o processo todo para recorrer dessa ação e o segundo *round* da luta, vai para a 2ª Instância. Essas equipes vieram aqui para levar instrumentos, informações se aquilo que foi, aquela verdade que foi a tese que foi levada ao juiz que ele acatou e nós respeitamos tanto é que quem executou o que está no despacho do juiz, quem tiver curiosidade eu posso, nós temos cópia, eu passo o processo na íntegra e o número do edital que qualquer cidadão, isso também é uma grandeza porque hoje no Brasil qualquer cidadão com um número, ou com uma palavra, com um código ali você consegue baixar tudo o que aconteceu numa ação no tempo real na *internet*.

Pequenas reformas e manutenção de estruturas pré-existentes. O que aconteceu? Vieram denúncias que as pessoas usaram esse artifício para fazer outras coisas. Como não podemos viver de conversa e, sim, de fato, eu mandei a minha equipe e eles tinham uma ordem de serviço específica. O que estiver dentro do que o juiz determinou, não ser faz nada. O prédio que estiver além, não pode. E é para ser desmobilizado. O juiz não autorizou e não nos consultou. Então, quero só mostrar .../cac

1127au23.cac

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... e é para ser desmobilizado, porque o juiz não autorizou e não nos consultou.

Daí eu gostaria de mostrar para os senhores algumas fotos. Esta aqui é uma das propriedades que a equipe visitou... Pode passar, por favor.

Joni, gostaria que você contasse a cada um... Ele, o Joni, é funcionário de carreira da Secretaria, é um dos meus Coordenadores de Ações de Fiscalização. Ele tem pouca experiência em fiscalização. Quantos anos, Joni, você tem de SEMA?

O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES – Vinte e um.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - Quantos anos você trabalhou com operações?

SEM REVISÃO

O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES - Quatorze anos.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Quatorze anos. Ele é uma pessoa muito responsável, muito profissional e cumpre o que a legislação e os superiores dele determinam. Ele era o meu Coordenador dessa ação. Até fiz questão que ele viesse junto para conversarmos francamente, cara a cara, com todos vocês.

Eu só gostaria que ele mostrasse, isso são fotos das propriedades que são dessa ação nossa, que qual era o objetivo exclusivo? Verificar se o que o Juiz determinou estava sendo cumprido ou se a denúncia procedia. E a determinação era o quê? O que estivesse fora do que o Juiz determinou, era para ser apreendido, multado e destruído, se os técnicos... E isso também não era arbitrariedade, é legalidade. Nós temos todo o respaldo de um ato criminoso. Podemos, para cercear o dano ambiental, o Coordenador, a equipe em campo pode decidir imediatamente, desde que tenha uma ordem superior, e esses técnicos tinham, de toda hierarquia dentro da Secretaria. Então não foi desmando de ninguém o que aconteceu.

Eu vou passar a fala para ele. Gostaria só que você pegasse e fosse falando essa é a propriedade, o que encontrou, o que foi apreendido, o que estava diferente do que foi autorizado.

O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES – Bom dia a todos.

Esta casa, construída na Fazenda Aldeia Velha, se não me falha o nome, posso me enganar por nomes de fazenda, primeiramente, ela foi embargada no início da fase dela quando da construção, descobriram o embargo, construíram a obra num período onde o Sr. Alonso, ele até já citou esse fato aí, e eles conseguiram concluir essa obra, onde realizaram ampliação.

Aquela parte é uma sauna. Aqui é a parte da sede e essa frente aqui, que não tinha a parte de .....

s/asg

1127au25.lcb

O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES - ...de zinco com a parte interna de isopores, de isolantes internos, você percebe que é uma construção nova, construtora nova que não condiz com que estava na notificação onde o próprio senhor Benildes nos recebeu, nos recebeu muito bem por sinal, foi muito educado e ele foi notificado para não fazer a obra, a ampliação e nem a instalação.

Porém, mais uma vez, desconsiderou nesse ponto, foi emitido um novo alto de infração para o Senhor Benildes, a esposa dele estava lá também, e quantificamos o madeiramento, a apreensão de depósito de resíduos sólidos ao solo, eu vou falar porque estava lá, latas de cerveja, plástico, estava mau condicionado ou exposto alí, colocado de forma errada, errônea.

E aonde ele tirou o aterro, para ser colocado aqui de base, de alicerce de barracão, do balcão, lá também tornou-se um depósito de material plástico também, como resíduos sólidos, o local da escavação que fica menos de cem metros dessa estrutura.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Ainda nesta propriedade, porque nas fotos eu não sei porque é que não veio, porque eu pedi para serem inseridas, nós encontramos que aparentemente ele tinha acabado de receber um grupo de turistas e amigos, tinha uma pilha no mínimo com mais de duzentas latas de cerveja no canto, a estrutura, barco, você que realmente é um

SEM REVISÃO

pesqueiro. A autorização que recebeu do Juiz era para pequenas reformas para qualidade de vida e dignidade da pessoa. Foi isso que o Juiz deu. E o que ficou totalmente caracterizado na vistoria e que é... como eu já disse para os senhores: Verdades não são absolutas. A verdade que o Estado está entrando em segunda instância é o que foi caracterizado pela equipe em campo. Que até se os senhores depois, eu vou pedir para a gerente disponibilizar aqui para os Deputados, Vereadores, todas as fotos principalmente das coisas erradas que foram encontradas nessas propriedades.

Isso é muito complicado! É muito complicado!

O SR. O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES – Armamento que foi encontrado em área de APP, dentro da estrutura do lago da mata, nós deparamos com revolver municiado, calibre 38, uma espingarda calibre 28, vestígios presente de exercício de atividade de pesca no local e caça também.

Aqui foi em uma outra área onde o cidadão...

...s/tmr...

1127au26.tmr

O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES - ... Essa foi uma outra área onde o cidadão debaixo da liminar construiu uma casa nova. Foi embargada essa casa. No início era para ser levantada. Ela foi embargada. Descobriu o embargo dessa construção. Ele ampliou o que ele tinha de interesse, em desacordo com a liminar. E esse é o chalé que ele pediu a reforma. E hoje se você vê é um piso de material de alvenaria, não condizente com o que foi pedido na ...

Essa cerca foi destruída e inutilizada no momento da...

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Foi aumentado o número de quiosque.

O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES – Eram quatro no levantamento ocupacional; no dia da ação, tinham sete.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – E o mais agravante que a propriedade do falecido pai do Sr. Luciano, que o senhor é hoje o responsável, o mais grave que de posse dessa liminar que garantia, e esse é um direito que nós respeitamos, como eu já disse e falo para o senhor pessoalmente. Eu já tive o prazer de conversar com o senhor anteriormente e estou à disposição quando o senhor precisar de qualquer esclarecimento, estamos aqui para isso, nós respeitamos. Só que o agravante aí, quantas lascas?

O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES – No total contabilizado foram 1.670 lascas.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Isso nenhuma delas tem documento legal. De um lote quantos descobrimos a origem?

O SR. JOHNY HENRIQUE MORAES – De uma declaração de um senhor disse que vendeu uma quantidade, uma parte de 700 lascas para o cidadão, Sr. Luciano. Só que na extração dessa madeira, Sr. Luciano, deve ser origem para dentro do parque...

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Já é um crime. Nós conseguimos desse lote de lascas que nós identificamos que estava... não era reforma e, sim, construção de cerca que não era pré-existente ...

O SR. LUCIANO RODRIGUES – Era reforma.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Isso aí ... Tranquilo. Mas a origem...

SEM REVISÃO

(O SR. LUCIANO RODRIGUES FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - Não, não. Tranquilo. Nós vamos discutir ... Porque o caso do senhor... O caso do senhor já é esfera judicial. Já está na Justiça, tanto da parte do senhor como nossa. O que acontece.

A origem dessa madeira a que nós conseguimos dessa parte pequena veio fora do parque ilegalmente. Porque a pessoa não tinha nenhuma autorização para explorar essa madeira.

(O SR. LUCIANO RODRIGUES FALA FORA DO MICROFONE – É o que o senhor está falando.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Não. Sim. Está declarado, mas o senhor tem o direito.../cac

1127au27.cac

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ...que a pessoa não tinha nenhuma autorização para explorar essa madeira...

(O SR. LUCIANO RODRIGUES FALA FORA DO MICROFONE – É o que o senhor está falando.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – A madeira... Sim, está declarada, mas o senhor tem o direito de expor a sua verdade, sem problema. O restante dessa madeira, há indícios muito concretos, que foi retirado de dentro do parque.

No total, Sr. Bento, mil, seiscentos e alguma coisa, fincadas ...

(O SR. LUCIANO RODRIGUES DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Não, nós contabilizamos. Além das que estavam fincadas, tinham algumas depositadas no solo, que estavam...

(O SR. LUCIANO RODRIGUES DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEIS.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Sim... Não...Sim...

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Vamos deixar o Alexandre concluir e eu abrirei o mesmo espaço, o mesmo tempo para que vocês possam se posicionar, também.

Eu vou pedir ao Alexandre para acelerar um pouco o seu início de fala e depois nós vamos dar o direito ao contraditório.

(O SR. LUCIANO RODRIGUES DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – O senhor pode se inscrever que não há problema nenhum. O senhor terá o seu direito. É para isso que nós viemos aqui.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Obrigado pela interferência bem prudente.

Então, a ordem que foi dada e que os técnicos fizeram, o que saiu da esfera da autorização foi feito. Tanto que, como nós respeitamos a ordem judicial, o Sr. Luciano, a partir do momento que nós estávamos fazendo ação na propriedade dele, ele foi ao Juiz, conseguiu mandado para suspender a ação. A partir do momento que a equipe foi notificada pelo oficial de justiça, a ação foi parada imediatamente.

(O SR. LUCIANO RODRIGUES DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Não, isso são versões. São verdades...

SEM REVISÃO

Deixa eu concluir, até para nós termos como argumentar e conversar. Esse é um ponto.

E, já concluindo isso, o importante é nós entendermos isso. Nós não podemos, ao mesmo tempo, querer comer o ovo de ouro, que é a galinha nossa encantada, que é o parque, aqui no caso, no município, que contribui com sessenta e cinco por cento da arrecadação, e ao mesmo tempo comer a galinha.

O direito dentro do parque não é permanente, porque o parque tem que ser totalmente público. A atividade de uso direto, como essa, que estão caracterizadas aqui não podem, legalmente, ocorrer dentro do parque.

E como os senhores viram, não são ações. O que os meus técnicos interviram...

s/asg

1127au29.lcb

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) -...Nós vamos permitir uma fala de cinco minutos.

O SR. EDUARDO PENNO – Então, só relembrando o que o Deputado está falando, todos vocês terão o direito de ter o seu espaço. Nós estamos aqui sem pressa, eu acho que todo mundo tem que ter o direito, como o Deputado falou, vamos chegar a tribuna para que se fique registrado todas as declarações, todos os depoimentos de todos vocês.

Então, vamos com paciência e vamos direto ao ponto.

O SR. LUZIMAR ARAÚJO ROCHA – Bom dia a todos! Eu quero agradecer a presença do Deputado Baiano Filho; a sua comitiva; o Diretor da SEMA; os nossos nobres Vereadores, o Presidente da Associação do Parque; o Presidente da Associação dos Quilombolas; o Vice-Prefeito; e todos vocês que saíram das suas residências, dos seus bairros, dos seu sítios, das suas fazendas e se encontram aqui. É um prazer vermos esta Casa cheia.

Às vezes é com muita tristeza, às vezes certa indignidade, nós vemos o que está acontecendo no nosso município.

Eu peço aqui aos nossos líderes lá de cima, Deputado Baiano Filho, uma pessoa que sempre é um dos mais votados aqui na nossa região, que o que aconteceu, o vandalismo que aconteceu aqui no nosso município, com os moradores antigo, com nós moradores antigos, eu acho que isso é falta de respeito. Desculpe-me se eu vou magoar alguém, o que aconteceu agora pode acontecer no presente com os quilombolas que estão aí. Por que não? Os outros que estão com quarenta, trinta, cinqüenta anos, está acontecendo com outros que tem menos idade.

Eu vi aqui umas imagens, eu acho que uma conversa, uma fiscalização, ver que tem alguma coisa errada, chamam os proprietários, sentam com eles, “olha aqui está errado, aqui está errado, aqui está assim”. Mas da forma que foi feito eu não concordo. Eu acho que é uma falta de humanidade e acima de tudo, acho que uma falta de respeito com a população, com os moradores, com os moradores do Parque.

Quando eu cheguei em noventa e quatro aqui, Deputado Baiano Filho e todos que estão presentes aqui, o movimento desse Parque era um absurdo, a cidade era cheia, o movimento, a cidade cresceu e o movimento do Parque diminuiu.

SEM REVISÃO

O Alexandre falou mais ou menos quantas pessoas moram aí. Mas sabe porquê que mora menos hoje, Alexandre? Por causa da represália que aconteceu com eles, o pessoal estão mudando. E algumas pessoas às vezes não falam nada porque tem medo de represália. Essa é a verdade dita. Pessoas às vezes humildes...

...s/tmr...

1127au30.tmr

O SR. LUZIMAR ARAÚJO ROCHA - ... isso é a verdade é dita. Pessoas às vezes humilde que estão lá no sertão, a polícia chega, o cara tem medo. Falaram no negócio de uma moto, /// aqui o nosso Presidente da Associação falou. Quer dizer fica uma coisa no ar. Cada um dá a versão diferente. Fica um coisa dita pela não dito.

Agora eu acho que nós temos que fazer, Deputado Baiano Filho, é mudar a maneira de conduzir parques, que eu acho que todo mundo tem o direito de ir e vir. Quando nos chegamos aqui tinha esse direito, por que agora o direito acabou? Porque criou o parque.

Segundo o que estamos sabemos, o Parque foi criado não pensando... Pensando no direito do Banco do exterior para cá. Quer dizer, tem que pensar na população. Eu, como representante legítimo, eleito, voto direto, eu estou aqui para defender tanto a população como a verdade. E a verdade hoje...

Eu quero agradecer aqui quando o Alexandre falou que quando a ordem judicial chegou, eu tomei todas essas informações, que não foi falado no momento. Isso é uma coisa grave, gravíssima, isso é gravíssima. Então, eu acho que isso é muito importante.

Eu quero deixar aqui os meus pêsames a essas pessoas que foram achincalhadas, maltratadas, ameaçadas dentro daquele parque. Não podemos aceitar e não deve acontecer isso na nossa população. Pessoas que, às vezes, chegaram lá à noite, isso é muito grave para nós. E o pior disso tudo é que vem em cima de nós, políticos, prefeitos e vereadores. “E vocês vão fazer o que? Nós sofremos, elegemos vocês para cuidar do bem-estar da nossa cidade e vocês viram as costas.”. As pessoas falam isso para nós. E nós não viramos as costas. Nós estamos aqui atuando, verificando.

E outra quero falar quando a SEMA ou IBAMA multa alguém que tocou fogo, as pessoas pagam, é uma multa. E quando uma propriedade é destruída, é cortada, quem vai pagar?

Então, pessoal, é uma coisa que nós temos... Eu conheço esse senhor de cabeça branca, eu cheguei para cá em 94 ele já morava há 20, 30 anos aqui. Então, um senhor desse merece o respeito, merecer o nosso .../cac

1127au31.cac

O SR. LUZIMAR ARAÚJO ROCHA - ... trinta anos aqui. Então, quer dizer, um senhor desse eu acho que merece respeito, merece o nosso amor. Não só ele como todos os proprietários.

Está aqui, conheci o pai desse senhor, que quando eu cheguei, em 1994, ele já morava aqui há cinquenta anos, praticamente. Eles são, praticamente, filhos daqui e hoje se veem obrigados a mudar do parque porque outras ordens poderosas chegam. Quer dizer, eles não estão

SEM REVISÃO

preocupados com a sociedade, com a situação que está aí, não. Mas com o dinheiro, que é o que comanda o país hoje.

Então eu acho, pessoal, que isso nós temos que dar um basta. Ver a maneira como temos que fazer, Alexandre, do manejo do parque. Porque eu acho que esse manejo é o mais importante para toda a população. É que as pessoas têm o direito de vir, o melhoramento das estradas, o melhoramento dos seus barracos, de suas casas.

Citar esse negócio de barco... Eu acho que isso... Se você tem uma propriedade, às vezes chegam cinco, dez amigos meus, vou recebe-los, no momento tem aquelas canoas, às vezes não são minhas, são dos meus amigos, dos meus colegas. Quer dizer, eu vou ser autuado por aquilo ser todo meu? Eu acho que é uma coisa que não convém à realidade do nosso município e nem com a nossa realidade.

E quero falar para mais, o que depender do Luzimar Rocha para brigar em favor de vocês, podem contar comigo porque eu não fujo da raia, não. Aqui não tem negócio de... Aqui tem café no bule.

E o meu muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Esse foi o Vereador Luzimar Rocha.

Eu vou até pedir, para ganharmos tempo nas falas, que as pessoas inscritas dispensem cumprimentar a mesa, até porque isso acaba tomando um tempo de quem vai falar, a não ser que a pergunta vai ser dirigida, se ela surgir.

Convido a Dona Tereza Sherenko, ela é moradora aqui do parque.

A plateia não se preocupe porque a mesa, a direção da Audiência Pública controla o tempo de cada pessoa. Nós também temos que limitar, as pessoas precisam ater-se ao tema, porque, se cada um for falar o tempo que quiser, nós vamos ficar aqui até amanhã, e aí também não dá.

A SRª TEREZA SHERENKO – Gente, eu quero falar para vocês o que aconteceu conosco lá no Araguaia. Tomaram a nossa canoa lá. Nós pescamos, mas não pescamos para vender. Tomaram o nosso motor. Então, eu acho que é muito desumano nós morarmos...

s/asg

1127au033.lcb

A SRª TEREZA SHERENKO -...E nós vivemos do nosso gado, nós não vivemos de roubar nada de ninguém. Nós temos o nosso trabalho para vivermos.

E eu acho que eles têm que respeitar nós também, como nós respeitamos todo mundo. E nós queremos a nossa canoa que eles pegaram lá. Eu quero a canoa. Eu não quero saber, a canoa eu comprei e não foi roubada não. (PALMAS).

Eles vão na casa do povo e a casa está fechada e tem dono e eles roubam os trem do povo. (PALMAS E OVAÇÕES)

Eles têm que nos respeitar como nós respeitamos a moradia de qualquer um.

PARTICIPANTE DA PLATEIA – Falou índia velha!(PALMAS)

Então, nós queremos terra. Se vocês quiserem que nós saiamos de lá, que vocês deem terra para todos que não têm, porque nós não temos, eu só tenho debaixo da unha.

Muito obrigado.

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – A Dona Tereza, o Alexandre no tópico da canoa ele me pediu uma abertura, ele quer fazer uma consideração ou alguma alteração.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Em relação ao bem apreendido da senhora, qual é o procedimento: Se a senhora não tem poder aquisitivo para contratar um advogado para recorrer e para fazer a defesa da senhora para reaver o bem, a senhora procure a Defensoria Pública de São Félix do Araguaia, eles vão atender a senhora, a senhora explica o caso, ele vai entrar com uma ação administrativa junto a secretaria, e se a senhora com a defesa pública conseguir provar o que a senhora está me dizendo, que é aquilo que eu falei: a verdade da senhora, o bem apreendido da senhora será retornado à senhora.

Eu recomendo a senhora ir, eu também recomendo que a senhora procure o Promotor de Justiça da Comarca local para conversar, porque assim, como eu falei para a senhora: Nós não somos donos da verdade, mas o caminho para a senhora é esse.

(A SENHORA TEREZA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Procure a Defensoria Pública e o Ministério Público que eles vão ajudar a senhora.

A SENHORA TEREZA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

A SRª TEREZA SHERENKO – Quando vocês chegaram lá, nós já morávamos lá. O que nós estamos fazendo lá? Eu queria que o senhor me explicasse o que nós estamos destruindo lá (INCOMPREENSÍVEL)...

Pois é, fizeram Parque nas terras alheias e estão mandando no povo lá, chegando lá com arma, humilhando nós lá.

Não, gente! Nós também somos filhos de Deus.

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Dona Tereza, nós faremos uma consideração final sobre a sua fala, a senhora tem razão, não toda razão, mas tem muita razão. Eu acho que depois ao final nós buscaremos encaminhamento. OK?

Eu quero convidar o Senhor Luciano, que também é proprietário dentro do Parque Araguaia. É o senhor Luciano que estava falando conosco, o Sr. Luciano Rodrigues.

O SR. LUCIANO RODRIGUES – Bom dia a todos...

...s/tmr...

1127au34.tmr

O SR. LUCIANO RODRIGUES - ... Bom dia a todos!

Vou dispensar o cumprimento à Mesa, mas vou fazer um agradecimento ao Deputado que deixou Cuiabá e vem hoje aqui para nos ouvir.

Eu ainda estava fazendo apontamentos ali das coisas que eu queria falar, talvez fique alguma...

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Se você preferir eu posso chamar uma outra pessoa e você pode ir para o final. Fique à vontade.

O SR. LUCIANO RODRIGUES – Eu acho que eu prefiro porque ainda estou anotando algumas coisas.

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Vamos fazer uma substituição do Luciano - não me deixe esquecer depois -, pelo José Antônio Amorim, Vice-Presidente da Associação dos Quilombolas.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO AMORIM - Bom dia a todos!

Deputado Baiano Filho, Prefeito Eduardo, Vereador Zé e o Alexandre, nós queremos aqui falar o seguinte, porque o nosso processo está correndo através do Ministério Público Federal. Fomos atrás disso aí, mas nós tínhamos uns barracos feito que têm mais de vinte anos para construir e pessoal esteve nos visitando lá e falamos para eles sobre este barraco que estava pensando em reformar para passarmos para dentro, eles foram lá e meteram motoserra e derrubaram. Está lá derrubado. Nós temos fotos, barraco velho.

Agora eu vi o Sr. Alexandre que a ordem veio de lá para derrubar. A Doutora Dora, Desembargadora de Brasília, defende esta comunidade, a Fundação Palmares, pediu para nós que pegasse essa ordem, de onde veio e de quem foi, porque um barraco de mais de vinte anos construído, chegou lá meteu o motosserra e derrubou. Então, quer dizer, a obra nova por fazer, construção nova vai ser derrubada, a velha está derrubando, eu acho o que está acontecendo.

Tem o rapaz que estava com foto, meu primo, até queria que você buscasse para mostrar para o senhor, se desse tempo para buscar, o antes e depois mais vinte anos como que chega lá e derruba uma construção de mais de vinte anos, de pai ainda, não é nem de material. Um barraco daquele está derrubando, ninguém vai entender nada. Igual a comunidade que acabou de falar, o Sr. Deputado Estadual que representa o Estado, no Araguaia, Prefeito Municipal que, hoje, está no cargo como Executivo, Vereador, Presidente da Câmara representando os outros Vereadores eo Diretor da .../cac

1127au35.cac

O SR. JOSÉ ANTÔNIO AMORIM – ... Vereador, Presidente da Câmara representando os outros vereadores aí, e o Diretor da SEMA que está aí e outras autoridades mais, eu acho que isso aí tem uma coisa errada, porque, se constrói novo, derruba, se está velho estão derrubando.

Acabou de falar. Eu quero até agradecer a fala de Dona Tereza porque ela está correta. Se não quer que o pessoal mora na área, então, pega o povo, muda. E nós estamos brigando em cima da nação e não temos os nossos direitos, desde 1958, que estão enterradas essas pessoas. Eu falo aqui como uma entidade do Quilombola, se nós temos, diz que, na Lei do Governo Federal, nós temos o direito de voltar para a terra nossa de origem, está lá o direito na Constituição Federal, está lá o Ministério dos Direitos Humanos. Para que existe o Ministério dos Direitos Humanos? Para que existe democracia?

Deputado, o senhor sabe o que é democracia. Ué, este país foi votado, teve as leis que mudaram, que se chama democracia. Se chama diálogo. Se chama educação. Dessa forma que o órgão está fazendo dentro do parque, eu não sei que lei é essa daí, não é educar. Vamos lá conversar com quem está errado, reúne uma vez por mês a diretora do parque, juntamente com as pessoas que estão aí juntas, falam que está errado.

Eu estive procurando, não tem um livro, não tem um documento, não tem pelo menos uma cartilha que nos ensina o que temos que fazer, ou o que não temos que fazer.

SEM REVISÃO

Alguém tem uma cartilha da FEMA indicando para vocês, um documento, o que que podem e o que não podem fazer?

Chega lá, o cara às vezes fala, todos são coitados. Aquela ali é uma moradora de tantos anos, o outro, às vezes, não tem estudo como o senhor tem, igual o Deputado tem, igual o prefeito tem, igual o Presidente da Câmara tem. Vocês estão aí porque vocês estudaram, vocês chegaram lá, são formados. Agora, essas pessoas que estão aí, como nós, não têm o estudo que vocês têm, não.

Eu acho que tem que fazer uma cartilha do que pode e do que não pode e fazer pelo menos uma reunião, a direção do parque, o diretor que está lá na SEMA, no IBAMA, ensinar o povo a maneira... Isso é democracia. Esse é educar. Agora, você chegar lá e construir sem saber, mete a motosserra e derruba o seu suor, já tirar o direito de cada um nas suas terras! Retiraram o direito de vocês, fizeram reuniões com vocês para falar que iam registrar o parque e que vocês iriam perder o direito de vocês?

(OS SRS. PARTICIPANTES DA PLATEIA S MANIFESTAM – NÃO.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO AMORIM – Taí! Então erraram. Eu não sei quem é que estava no mandato na época, mas erraram. Sem reunir com vocês, sem reunir com os Deputados. Está errado, porque nós vivemos num país democrático, nós vivemos num país que tem educação. Dizem que tem. Tem que ter sim, tem que ensinar...

s/asg

1127au37.lcb

O SR. ROBÉRIO BELCHIOR -...Bom dia a todos!

Eu acho que todo mundo aqui me conhece, eu sou filho do Antônio Belchior, temos uma propriedade aqui a seis quilômetros de Novo Santo Antônio.

Já conversei com o Senhor Alexandre, há mais de trinta e cinco anos nós temos propriedade aí dentro. É considerada a posse mansa, não é isso? Ou seja, deveríamos ter o direito de ir vir. Infelizmente não temos.

No ano passado para que pudéssemos devolver o gado que foi tirado na cheia, tivemos que fazer o quê? Procurarmos a justiça, o Juiz deu uma liminar e nós conseguimos devolver o gado. Correto?

Fizemos uma casa de material. Fomos errados? Fomos. Por falta de quê? Conhecimento em cima do plano de manejo, que foi uma portaria feita sem autorização ou conhecimento dos moradores. Desculpe-me, Sr. João Mara. Na época eu não morava aqui, mas creia que para a SEMA e o município fazer um plano de manejo dentro do Parque aonde tinha produtores. Teria que fazer o quê, Raimundo? Notificar uma a um e fazer um plano de manejo notificando a situação de cada um.

E não fizeram isso! Não notificaram nenhum cidadão. Notificaram? Não notificaram!

Novamente desculpe-me o Poder Público que ficou de olho na verba que viria e não se preocupou com o que iria acontecer tempo depois.

Esse dinheiro é importante? É. Eu sou contra a criação do Parque? Não. Sou contra a forma que esse plano de manejo está executando as pessoas.

SEM REVISÃO

Então, eu creio que houve Deputado, Prefeito, está aí o Alexandre. Há possibilidade de mudar esse plano de manejo e fazer algo descente para todas as pessoas, tanto município e as pessoas que moram lá dentro. Isso também é uma vergonha! Levamos uma multa pelo nosso barraco que fizemos lá.

Quando eu fui procurar o pessoal da SEMA, eu falei: Não, nós representamos o Retiro Belchior. O Dione está por aí? Muito educado falou: " Nós não temos esse Retiro cadastrado". Eu falei: Mas de trinta anos, meu pai morou aí". Ele falou: Infelizmente não temos. Fica a seis quilômetros daqui e não tinha cadastrado.

Eu não sei se foi falha nossa, se for temos que corrigir. Ou se foi falha da SEMA. Entendeu? Nossa casa está lá. Foi embargada? Foi. Foi erro nosso? Foi. Por falta de conhecimento. Está lá embargada. Não usamos. E vai ficar lá. Se a SEMA quiser ir lá demolir está de livre espontânea vontade.

Fizemos um pedido perante a SEMA. Se você quiser construir uma casa tem que fazer com materiais degradáveis. Autorizou? Autorizou...

...s/tmr...

1127au38.tmr

O SR. ROBÉRIO BELCHIOR - ... materiais degradados, autorizou? Autorizou. Reconstruirmos, fizemos barraco e está lá, beleza. Tentamos fazer um banheiro sanitário, não aceitaram. Porque eu nunca vi fazer banheiro sem colocar um cano. O cano não é degradado, então, tem que cagar no mato. Desculpe até a expressão. Está sendo assim, e nós não apelamos para isso.

Então, deixo aqui para o Executivo, Legislativo, municipal e estadual há possibilidade de mudar o plano de manejo e permanecer o parque estadual e atender as necessidades de cada um, que ali mora dentro do plano de manejo sustentável. Eu não estou falando que tem que acabar com o parque, eu sou contra isso. Isso é um ecossistema que tem que ser preservado. Nós temos que entrar num consenso. Eu acho que a Audiência Pública dessa não é chegar todo mundo aqui e ouvir e sair sem decisão. Tem que sair com uma decisão. Não. Tal dia vamos ter uma reunião para tratar sobre o novo plano de manejo. Porque se não as multas, a bagunça continuará. Muito obrigado a todos! São essas as minhas reclamações. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Obrigado, Robério, pela sua participação.

Ao final, Alexandre, você pontua em cima de perguntas que foram direcionadas a você.

Vamos convidar o ex-Prefeito João Mara.

O SR. JOÃO MARA - Eu quero, em primeiro lugar, agradecer o Deputado Baiano Filho por ter empenhado a trazer toda equipe da Assembleia Legislativa para que acontecesse esta Audiência Pública para essas reivindicações.

Eu quero esclarecer muito a população que muitas das vezes algumas pessoas que não têm o verdadeiro conhecimento profundo da criação do parque acusa o João Mara como mentor da criação do parque.

SEM REVISÃO

Eu quero dizer que eu queria ter o poder de criar o parque, umas das coisas mais. Eu queria que o gestor tivesse esse poder, mas infelizmente não tem. Para dizer a verdade. Aí é um parque estadual, não é um parque municipal.

Esse parque foi criado, através do Governo Dante, quando em 88 mandou uma equipe da EMATER. Acho que alguém tem conhecimento disso. Fizeram um levantamento. O Governo necessitando de empréstimo do BIRD.../cac

1127au39.cac

O SR. JOÃO MARA - ...fizeram o levantamento. O Governo, necessitando de empréstimo do BIRD, para tirar dinheiro do BIRD, os bancos mundiais queriam que se criassem essas reservas. Obrigando. Só liberavam o dinheiro se criassem as reservas. Foi criada a Reserva do Parque Estadual do Araguaia.

No início do meu mandato...

(O SR. PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO MARA – Pois é, e não tem mais.

Então, o que aconteceu? O Prefeito, eu tomei posse, na época, no início, em 2001, e já conheço o Alexandre de outros carnavais, e muitas vezes eu batia lá na Macuco, ia direto, reivindicava, que quando fosse criado o plano de manejo do parque, alguma comissão composta por moradores do parque participasse dessa criação do plano de manejo. Mas chamaram a Faculdade de Xavantina, criaram ali e a colocaram para fazer o esboço do plano de manejo. E eu sempre batendo lá na Macuco, ia atrás, e criaram o plano de manejo na calada da noite, sem a participação do nosso povo, da população. Então foi isso.

Eu estava no começo de administração, foi difícil, foi difícil mesmo, como hoje é difícil reverter esse quadro. E o prefeito tem conhecimento disso, o próprio Deputado e o Alexandre está ali.

Então, gente, muitas vezes falam coisas aleatoriamente sem ter o conhecimento da realidade das coisas. Até ver mesmo politicamente.

Mas eu quero dizer para o Alexandre, que nós, a população de Santo Antônio, principalmente os moradores do Parque Estadual do Araguaia, estamos sendo oprimidos com a fiscalização desrespeitosa, aonde chegam com abuso de poder, de autoritarismo, pessoa até pegada a laço, jogam na fiscalização do parque, sem ter o mínimo de capacitação para fiscalizar.

Muitas vezes são abordados aleatoriamente com escopeta. Não quero aqui dizer que, se fosse os policiais daqui que tivesse feito eu falava na cara. Não fujo da raia, não. Com escopeta na presença de criança: encosta aí. Faz uma busca, mete a mão por dentro assim e bate no saco da pessoa como ...

s/asg

1127au40.asg

O SR. JOÃO MARA –...encosta aí, faz uma busca e mete a mão por dentro assim e bate no saco da pessoa como aconteceu com um grupo de turistas que vieram na Fazenda Mata Verde.

SEM REVISÃO

Eu estou aqui falando como proprietário de hotel, como microempresário e como Procurador da Fazenda Mata Verde.

É um verdadeiro abuso de Poder! Chegam às canoas com aquele autoritarismo, com parceria com a ONG daqui. O funcionário da ONG parece um rambo quando ele chega, todo fardado, cheio de projéteis inibe as pessoas.

Isso nós não queremos, nós queremos que isso se transforme. Deixe o Parque, mas que dê condições aos moradores, que tenham respeito com eles que moram ali dentro.

Nós sabemos que é um Parque alagado na época da chuva, alaga e temos que tirar o gado, aí temos que humilhar como aconteceu com essa minha amiga Tereza, da Mata Verde. É uma índia, não respeitaram nem o direito indígena dela. (PALMAS)

Tomaram a canoa do marido, junto com o filho, que estava pescando para sua subsistência e levaram.

Chegava um grupo, amigos do Sr. Reinaldo, lá na Fazenda, estavam lá passeando e foi abordado. Lá tinha um senhor de setenta e cinco anos que foi abordado com escopeta. Entendeu? Meteram a mão no saco do velho lá, e o que aconteceu? O velho estava hospedado, chegou e se hospedou no /// de hotel. E o que aconteceu? O velho começou a chorar, teve /// com aquilo, nunca tinha acontecido aquilo com ele.

Deputado, agora, eu peço aqui, em nome da população, qualifique essas pessoas. Não estamos aqui para multar não, para punir não, vamos dar o respeito, vamos dar uma qualificação, vamos dar uma capacitação, vamos fiscalizar, preservar, mas sem o direito de punir de uma vez.

Então, Sr. Alexandre Batistela, fica aqui o meu pedido.

É muito doloroso o que nós estamos vendo em nossa cidade.

Se nós pudermos transformar, que exista esse Parque, que se transforme ele em sustentável seria melhor. (PALMAS)

De maneira sustentável para que todos que ali vivem tenham o respeito e a dignidade de sobreviver.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Com a palavra, o Exm° Sr. Vereador Antônio Aguiar...s/lcb

1127au41.lcb

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Com a palavra, o Exm° Sr. Vereador Antônio Aguiar.

O SR. ANTÔNIO AGUIAR – Bom dia senhores e senhoras! Quero agradecer a mesa e dizer aos senhores que sou representante dos senhores e estou de braços dados para entrarmos nessa luta para vencer.

Eu vou fazer uma pergunta para o senhor. Se não me falhe a memória o senhor disse aqui uma vez numa reunião que se vocês querem acabar com o parque, vocês entram e façam uma associação e requeiram para acabar com o parque. Não! Nós não queremos isso. Isso é possível? Mas nós não queremos isso. Nós queremos simplesmente que mude a natureza do parque, o plano de manejo, que você tenha o direito de sobreviver e voltar, que possamos andar aí e que os

SEM REVISÃO

fiscais da SEMA que vem aqui mandado pelo Estado seja amigo do povo que moram aqui dentro, que não tenhamos inimigos, sejamos amigos, a melhor maneira de se fiscalizar, porque os moradores dentro desse parque quando vê um carro da fiscalização vão para o mato porque tem medo de prender e até mesmo de matar, já aconteceu recentemente aqui perto numa fazenda, porque eles chegam lá seis horas da manhã com as armas na mão. O senhor vai esperar eles chegarem na sua casa? Eu também não vou! Eu não sei qual é a intenção deles. Porque eles são gente que moram aí dentro. Porque nós não nos educamos, vamos ser amigos, que eu sinta a felicidade da fiscalização chegar na minha residência. Não, gente, vamos entrar, vamos conversar, fiscalizar e não chegar fazendo o que faz. Eu tenho amigo que trabalha na Aliança da Terra, eu não vou citar o nome, porque na realidade eu não gosto da maneira que eles trabalham. Porque eu tive uma reunião com o Diretor da Aliança da Terra, ele falou um coisa e eles pregam outra, parece que eles pregam para Deus e serve ao diabo, porque o que ele disse para nós, nada disso aconteceu, totalmente diferente.

Eu lamento muito. São meus amigos, gente! São todas pessoas moradoras aqui que estão defendendo o salário deles sim. É ótimo! Isso é muito ótimo, estão trabalhando.

Agora, gente, já teve muitos gerentes desse parque aqui, mas aqui deixou-me atravessado na garganta a história de Regina, porque ela me denunciou e eu acho que ela nunca foi lá onde eu moro na casinha que nós temos do outro lado, acho que ela nunca foi. Fincaram-me uma multa de quinhentos e trinta e cinco mil e cinqüenta centavos. Eu perguntei para os fiscais: Vocês vão me pagar, porque se eu vender tudo que eu tenho eu não faço trinta e cinco mil e muito menos quinhentos...

...s/cac...

1127au42.tmr

O SR. ANTÔNIO AGUIAR - ... não faço 35 mil... 500.

Gente, é lamentável o que acontece, porque todo mundo já falou neste assunto, mas eles nunca fizeram a reunião com o povo desse parque.

Eu perguntei para a Regina.

Regina, vocês fizeram alguma reunião com o que ocupa essa área? “Não!” Esse povo tem o plano de manejo, uma cartilha para saber o que pode e não pode. Como vocês querem que o povo cumpra uma coisa que eles não sabem? Que eles façam aquilo que eles não têm conhecimento?

A multa fala da fiscalização, gente. Vocês têm que educar o povo e ser educado para educar o povo. Para ser professor tem que ser aluno, para chegar a ser professor. Então, nós temos que ter piedade do povo, tem que ter mais carinho com o povo, e não chegar às casas do povo e fazer o que está fazendo. Isso é lamentável. Eu repudio essas ações que o povo anda praticando. Vocês têm o direito de fazer a fiscalização, mas tem o direito de respeitar a sociedade, respeitar aquele povo ... O povo que mora aí dentro é capaz de não oferecer um café para a fiscalização... ninguém oferece. Porque não nos tem como amigo, tem como inimigo. E desta forma não funciona. Temos que ser educado e fazer aquilo que é possível.

E dizer mais uma coisa, se fosse possível. Eu prefiro viver com dinheiro pouco do que com muito dinheiro nas mãos de pouca gente. E se for para dizer acaba o parque e deixe o

SEM REVISÃO

povo, porque o povo é muito mais importante do que o parque. (PALMAS). O dinheiro é para poucos... (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Vereador Antônio Aguiar, eu vou convidar outro Aguiar, agora, que é o Sr. Raimundo Aguiar, que é o Presidente da Associação dos Ocupantes do Parque. Ele pediu a sua inscrição e vamos ouvi-lo pelo tempo máximo de cinco minutos. Vai ter uma exposição de fotografias e o Raimundo vai explicando. E vamos observar.

O SR. RAIMUNDO AGUIAR - Pessoal, é o seguinte, aproveitando .../cac

1127au043.cac

O SR. RAIMUNDO AGUIAR - ...Pessoal, é o seguinte. Aproveitando a localização do vídeo, aqui, eu quero adiantar uma coisa, respondendo ao Alexandre.

O Alexandre disse que a partir do momento que a equipe dele foi notificada, que imediatamente se afastaram do serviço. Se eles falarem para vocês, eu vou ser bem claro: É mentira. Está aqui a prova, o documento, que até o dia 23 do mês após eles continuaram o trabalho. A cada notificação que eles fizeram aos proprietários colocaram a data. Pré-datados. E eu fui andando atrás deles, onde eles deixavam a notificação, eu as pegava de imediato. Chegava e tirava as cópias e estão todas guardadas comigo.

Então, se eles disserem para você... Até me notificaram. Nesse dia foram para me notificar em casa. Foi o Nícolas, aquele outro moreninho e uma senhora da Civil. A moça da Polícia Civil. Foram para me notificar dentro da minha casa. E eu ouvi e falei que não ia assinar essa notificação que vocês vão me fazer. "Ah, mas você tem que assinar...Mas também não é obrigado". Eu falei: Eu não vou assinar, até porque o trabalho de vocês não tem validade. "Por que o nosso trabalho não tem validade?" Eu digo: Por isso aqui. Arranquei a intimação da pasta e deu para um e para outro. Falei: Vocês não viram isso aqui, não? Ou vocês não sabem ler? E aí o Nicolas me disse: "Não, a fulana vai responder por isso. Ela está respondendo por isso". E como está trabalhando, permanecendo dentro do parque? A partir daquele momento que eles foram lá e derrubaram a casinha, eu os segui, e tem filmagem aí, segui, derrubaram a casinha do Quilombola e foram embora para o Luciano. Lá, derrubaram, também, a cerca do Luciano, e continuaram dentro do parque. Eles continuaram no parque.

Hoje, nós nem para atravessarmos o veículo não temos condições. Por quê? Porque queriam fazer o balseiro atravessar de graça. Queriam fazer o balseiro, obrigar a atravessar as viaturas todas de graça. E o balseiro: "Oh, gente, eu pago imposto da minha balsa. Não tem como fazer nada. Eu não posso atravessar de graça. "Então, você não vai passar ninguém mais. Pode ficar quieto, não tem direito de passar ninguém". O rapaz deslocou a balsa e foi embora. O rapaz deslocou a balsa e foi embora.

Aqui, são as nossas propriedades. Do outro lado, elas não eram assim. Elas eram todas boas, bem feitas, os piquetes bons, mas tem dez anos que eles não deixam fazer nada. Está aí, olhem o jeito que elas estão.

Agora, querendo vacinar os gados, tivemos que vacinar, a maior parte foi laçando, e como é que vamos fazer...

s/asg

1127au44.asg

SEM REVISÃO

O SR. RAIMUNDO AGUIAR –...tivemos que vacinar, a maior parte foi laçando. E como é que nós vamos fazer? Nós temos o mandato de reforma, mas, infelizmente, eu saí distribuindo dez mandatos para cada parceleiro que foi contemplado e na hora que o rapaz foi requerer o documento lá, infelizmente, a Lucilene disse que o documento não valia nada.

"Ah, esse documento aqui não vale nada.".

É uma ordem judicial. "Esse documento de vocês não vale nada".

Aí nós temos aqui as fotos que são de preservação ambiental, como vocês brigam muito por isso. Muito sobre preservação ambiental e eu acredito que nós preservamos mais que a entidade que aí em cima está querendo trabalhar.

Eu acredito muito mais que a nossa parceria é mais garantida.

Pássaros! Pássaros!

Por exemplo, essa cerca do Alexandre. Causou... Vocês cortaram a cerca porque causou dano ambiental. E o pedaço que está no chão? Não é dano ambiental? A metade da madeira está jogada no chão, continue da mesma forma.

Qual o procedimento eu acredito que seria? Ter arrancado a madeira, arrancado a cerca todinha, empilhada a madeira, multada a madeira, notificar e levar embora. Mas cortar um pedaço! Jogar no chão? Quem vai arrancar aquilo lá? Como é que vai ficar? Não é dano ambiental da mesma forma?

Eu acredito que na realidade é igual o rapaz falou, são pessoas sem conhecimento que pegas a laço e colocadas aí, porque se eles têm uma reciclagem profissional para trabalhar, mas não apresentaram até agora.

Infelizmente, vocês me perdoem, mas tenho que falar a verdade.

Aí eu quero pássaros; pássaros agora.

São as preservações ambientais, é isso que quero ver.

Denúncia...

Isso é uma área de preservação ambiental na Praia dos Gringos, nós chamamos de Praia dos Gringos...s/lcb

1127au45.lcb

O SR. RAIMUNDO AGUIAR -...na praia dos gringos, que nós chamamos praia dos gringos, lá é onde desova todos as animais, todos os bichinhos, tartarugas, área de reprodução. Olha o que é uma reprodução numa praia dessa, é coisa que eu me tornei... Isso é tudo bicho morto, são animais mortos na praia.

Eu estava pescando mais duas senhoras, na minha porta, isso aí está mais ou menos dois quilômetros da minha propriedade. E eu estava pescando com duas senhoras, elas estão ouvindo, estão aqui, Regina e o motorista me abordou no rio: "Ah! O que você está fazendo"? Eu estou pescando. "O que tem dentro daquele...Eu vou apiá. Estava começando a chegar. Aí ela falou: Eu vou te multar. Eu falei: Por que tu vai multar-me. E aí eu falei: Tu está fazendo o quê? Ela disse: Eu estou ajudando os meninos a darem suporte aqui no serviço na praia, fazendo a cobertura, ajudando eles. E aí virou a canoinha e foi para a praia. No outro dia eu passando na praia mais um outro vizinho, lá bicho caido morto///. Vim na cidade, busquei a polícia aqui, levei lá, a polícia fez todo o levantamento, tirou as fotos, luvas que eles deixaram lá, galhadas que eles deixaram por cima

SEM REVISÃO

dos rastros para não ficar rastros, e fiz o boletim de ocorrência. E até hoje acabou, parece que isso não existe. O policial tinha feito uma pergunta para mim na hora, Roberto, o agente era o Roberto. "Ah, mas você não tem medo disso"? Eu disse: Não, eu não tenho medo não. Eu estou defendendo a pátria, a natureza. E se fosse um de nós, qualquer um, o proprietário, o posseiro, o roceiro se mata um veado, uma paca para comer vai para a cadeia. E esse tanto de bicho? Onde é que o cara vai? É a ONG? Porque a ONG tem mais cobertura do que o povo de dentro da cidade. Eu acho desrespeitoso. Sinceramente as entidades não tomam parte.

Pessoal, muito obrigado.(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Vamos ouvir Benildes dias da Silva, proprietário do parque.

O SR. BENILDES DIAS DA SILVA – Bom dia para todos os amigos, eu quero declarar para todos vocês...

...s/tmr...

1127au46.tmr

O SR. BENILDES DIAS DA SILVA - ... quero declarar para todos vocês e agradecer a presença de todos, Deputado, e tudo. Eu sou um eleitor que quando emancipou São Félix do Araguaia, quando emancipou o Novo Santo Antônio, eu tenho um tempo nessa área, eu trabalhei em 71 e mora até hoje nos rios das mortes. Mudei no dia 28 de dezembro para o rio das mortes e mora até hoje. Será que o ser humano não tem direito de uma propriedade depois da velhice que ralou a vida inteira e ser um cidadão de bem?

O meu nome é fácil de aprender, porque Benigno só eu. Maligno, você pode achar em outro lugar.

Eu sempre recebo todo mundo de braços abertos, mas nós queremos ter um direito, como cidadão de bem, ter a sua propriedade, porque eu ralei a vida inteira, comprei aquela propriedade, eu sou dono há 33 anos e moro até hoje. E chega lá uma equipe, eu consegui uma licença para reformar, eu não quis atrito, porque eu respeito o meio ambiente. Quero zelar a minha propriedade como todos querem.

Então, chega uma multa de 30 mil... Eu tenho a minha família, são meus amigos que eu vou receber na minha propriedade, não vou receber na propriedade dos outros. Eu tenho um tratorzinho, o único meio de transporte para carregar o sal para as minhas criações, o milho para as minhas criações, porque eu não posso produzir nada lá dentro. Libera a criação, dar uma parada sem eu puder sair com ele, o único transporte na época da seca é aquele tratorzinho. Na época da água, é uma canoa.

Anotaram todas as minhas canoas, que é ponto turístico. Porque tenho os meus amigos para beber uma cervejinha. Nós estamos amontoando para vender para dar o dinheiro para as minhas netinhas, o dinheiro daquelas latas, elas ficam felizes. Mas eu sou um cidadão de bem, eu não sou um cidadão de depredação. Todo mundo conhece o meu nome. Onde existe um peixe para a tartaruga, eu não mexo, eu e minha esposa não comemos peixe. Prefiro o meu gadinho. Isso é a única renda que eu tenho. Eu tive uma autuação de requisição para retirar as minhas criações de dentro do parque. Se eu não fui indenizado, se eu não tenho uma propriedade que cabe as minhas

SEM REVISÃO

criações, só a minha renda, eu não tenho profissão. A minha profissão é a luta do campo, eu sou pecuarista, sou um trabalhador rural. Então, isso que eu quero de todas as autoridades é olhar para a qualidade, dar o direito de viver em paz. É isso que todos nós queremos. Eu conheço a região aqui da barra do Cristalino até na barra do rio dos mortes nas costas do burro. Com essa idade, 63 anos. No mais muito obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Muito bem, Sr. Benildes.

Com a palavra, o Vereador Zélio. Depois nós teremos o Dener, e vamos finalizar com .../cac

1127au047.cac

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) - ...depois o Dener e vamos finalizar com o Sr. Luciano.

O SR. ZÉLIO RODRIGUES – Bom dia a todos.

Este é um momento de muita importância para este município e quero dizer que estou aqui para ajudar o pessoal que vivem e moram dentro do parque.

Quero, também, fazer duas pontuações que acho que vai ser importante, acho não, tenho certeza, que a primeira é a mudança do plano de manejo do parque. Por quê? Porque na mudança do plano de manejo nós vamos poder nos expor. Por que que vai tirar o direito de um reformar uma casa com palha lá? Quem é que tem o poder para isso? É a Assembleia Legislativa. Ela é quem vai nos dar o poder para fazer isso. Quem foi que disse que nós não vamos poder criar uma vaca lá dentro? Vende-la amanhã, que seja para Goiás, ou que seja para o lado do município? Porque vai gerar dinheiro para nós, vai gerar uma renda. Agora, hoje não pode. Cadê que tem algum comprador de São Miguel para comprar gado do Parque do Araguaia, aqui? Não tem. Devido o quê? Devido as circunstâncias que foram feitas erradas. Porque todo mundo sabe que o parque foi levantado neste Estado para beneficiar gente grande. E, hoje, quem paga? Somos nós que estamos pagando. É esse sofrimento que está acontecendo, porque todo mundo sabe que... Teve uma pessoa que perguntou: cadê a placa do Banco União? Ora, quem se beneficiou pôs a placa e acabou. Sumiu. Agora, ficamos nós aqui, sofrendo e ////////////// sob circunstância da SEMA, porque o órgão tem que cumprir com aquilo que foi feito. Eles estão aqui para isso.

Mas //////, Baiano Filho, que a indicação dessas pessoas para conviver como povo do parque poderia ser indicada do município, porque dá fé no município e isso vai trazer uma boa convivência.

Acredito, também, que a qualificação de gente para esse trabalho é muito importante. Ninguém está dizendo que... Hoje, tem muita reclamação, que nem vimos na casa do Sr. Brigido, hoje. Na casa do Sr. Brigido como que vão chegar quatro policiais dando pontapé na casa dele? Para quê? Se hoje, não é possível viver dentro do parque junto com os animais? É claro que é. É só você começar a dar uma manga para uma anta, dar uma banana para o macaco e daqui a pouco ele está dentro da sua casa. Por quê? Ele vai acreditar em você. Mas o povo daí não estão acreditando na fiscalização. Está com medo.

Então, isso não pode acontecer...

s/asg

1127au48.asg

SEM REVISÃO

O SR. ZÉLIO PEREIRA RODRIGUES –...mas o povo não está acreditando nas ações, estão com medo. Então, isso não pode acontecer.

Acredito que a partir da hora da mudança do Plano de Manejo do Parque, isso tudo volta a ser como antes. Acredito, Deputado Baiano Filho, que Vossa Excelência vai nos ajudar.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Obrigado, Vereador Zélio Pereira Rodrigues.

O penúltimo inscrito é o Sr. Denner Gonçalves Aguiar, também é morador do parque. Está entre nós ainda, o Sr. Denner? Ele nos deixou.

Então, vamos encerrar a fala da plateia com o Sr. Luciano Rodrigues, ele também proprietário aqui no parque.

O SR. LUCIANO RODRIGUES – Bom dia.

Vou prosseguir a minha fala dando aqui o início até da nossa história com relação a esse Parque.

Desde 1985, ou seja, há vinte e seis anos, nós viemos, compramos uma terra nesse Parque. Após a criação do Parque, isso se deu em 2001, já são dezesseis anos de convivência com a Secretaria do Meio Ambiente, aqui representada pelo Sr. Alexandre Batistela.

Eu posso garantir que nós nunca tivemos uma convivência assim tão tumultuada, igual nesses últimos tempos. São agressões feitas dentro da nossa área, não só da minha, das áreas dos outros companheiros também do Parque. Nós estamos realmente sem saber como reagir a esse tipo de agressão, porque, obviamente, vai chegar uma hora que a agressão se torna tão humilhante que você procura repelir essa agressão, talvez, da mesma forma que ela vem.

Então, para falar sobre esse Parque, a primeira coisa que eu teria que falar - e já tem um grupo de advogados estudando uma medida -, é que essa criação, por ter sido feita sem a consulta popular...s/lcb

1127au49.lcb

O SR. LUCIANO RODRIGUES-...por ter sido feita sem a consulta popular obrigatória pela Constituição Federal, tem já um entendimento que esse parque seria inconstitucional a criação deles, porque não foi precedida da Audiência Pública como esta que nós estamos fazendo aqui hoje, ou seja, não consultaram a população de Novo Santo Antônio, se a cidade tinha interesse de receber essa unidade de conservação. Pior ainda, depois de criada essa maneira, foi feito um plano de manejo também fora, por certo em algum gabinete em Cuiabá ou algumas regiões, mas foi feito um plano de manejo também sem qualquer comunicação ou conhecimento da população local. Quer dizer, você vem cria um parque e faz um plano sem ouvir as pessoas que estão aqui e são daqui. Talvez por isso nós tenhamos chegado nessa fase de conflito porque realmente não existe mais diálogo entre os representantes das secretarias de meio ambiente e a nossa associação, porque criamos uma associação para tentar preservar os nossos direitos ou pelo menos os direitos que nós pensamos ter.

E eu me lembro que da última vez que eu me encontrei aqui com o senhor Alexandre, ele explanou muito bem todas as, digo assim, legislação que envolvia a criação desse

SEM REVISÃO

parque, as regras que eles queriam que fossem seguidas a partir, então, e eu pedi a palavra e falei:Mas isso aí é um entendimento que o senhor está tendo, porque o nosso entendimento é outro. Eu tenho um pensamento diferente e estou vendo aqui que terei que judicializar e ele está aqui confirmando isso, eu terei que judicializar porque eu não concordo com aquilo que o senhor está pontuando aqui e colocando.

E daí eu realmente eu fui amparado pela justiça e consegui uma decisão judicial precária ainda uma medida liminar, mas que me dava o direito de reformar a minha sede e também a parte de cerca e o curral.

Então, aquelas fotos que ele expôs alí como se eu tivesse inovando, aumentando alguma coisa, na verdade a casa do Dener, que era esse que ia falar antes de mim aqui, uma das famílias que nós mantemos empregada...
...s/tmr...

1127au50.tmr

O SR. LUCIANO RODRIGUES - ... uma das famílias que nos mantemos empregada dentro do parque, que não é só essa. Nós geramos empregos aqui. Então, essa casa foi na verdade reduzida. E a cerca que eu estava reformando lá com a liminar do juiz, estava reformando as cercas, não estava construindo novas cercas. Vocês podem ver. Ali estava a liminar do juiz, menos cerca do que eu já tinha lá.

Então, eu tinha uma ordem judicial e foi que eu havia pedido essa permissão à SEMA e não foi atendido para reformar a minha cerca. Eu fui ao juiz e ele me concedeu a liminar, e fui tentar fazer a reforma da cerca.

No dia em que eles foram lá cometer esse ato de vandalismo, eu cheguei a ligar para a dona, gerente do Parque, Lucilene, e falei com ele. Senhora, eu tenho uma liminar do juiz para poder reformar a minha cerca, e ela me disse simplesmente que a liminar de um juiz não valeria dentro do parque. Foi o que ela me disse. Me passou o telefone para um senhor Johny, acho que um funcionário da ... Ele falou: “Não. Eu tenho uma ordem do Ministério Público Federal para fazer isso aqui, destruir não sei o que.”

Eu falei: Meu amigo, Ministério Público Federal, estadual não dá ordem. Ele pede e o juiz dá ordem. E eu tenho uma ordem do juiz que eu posso reformar a minha cerca.

Saíram. Foram lá para dentro do parque e fizeram isso aí. E vocês podem ver. Ele falou que estava construindo além do que eu tinha lá. Vocês podem ver a cerca velha ao lado. Ela era menor do que eu tinha lá.

O que eles fizeram? Eles serraram toda madeira, que foi afirmado aqui que a madeira tem origem ilegal. Não tem origem ilegal. Eu tenho a documentação da madeira. Quando vocês chegaram lá o rapaz não tinha o documento em mãos na roça. Não tinha. Agora eu tenho prova, eu tenho o caminhão que eu contratei para levar essa madeira para lá. Eu não extrai uma árvore lá porque na liminar do juiz também está dizendo que eu devo usar o material, não tirar dentro do parque, não nunca fiz isso. Nunca eu nunca tirei uma palha lá para colocar ... Levei esses ranchos que ele falou que eu construir .../cac

1127au051.cac

SEM REVISÃO

O SR. LUCIANO RODRIGUES - ...levei esses ranchos, que ele falou que eu reconstruí e tal, todo esse material foi levado daqui para lá e custou uma fortuna para levar, mas foi feito assim.

E, com isso aí, cometeram esse tipo de coisa. Obviamente que me deixou muito aborrecido. Obviamente que vou novamente à Justiça para me ressarcir desse prejuízo e vou pedir responsabilização pessoal das pessoas que cometeram esse abuso. Daí vejo aqui que, realmente, parecem ser duas verdades. Uma verdade é aquela que foi colocada pelo Sr. Alexandre e a outra verdade é a que foi colocada por todos os demais presentes. Todos. Todos que vieram aqui falaram do mesmo jeito naquilo que estão sendo claramente tratados, que chegam lá com escopeta e metralhadoras. E eu já passei por essa situação. Sempre tive bom convívio, recebi a Secretaria de Meio Ambiente muito bem lá na minha fazenda, mas, a partir de um momento acabou isso, porque eles chegaram lá, eu com o meu filho arrumando o motor, e chegou a polícia com metralhadora apontando para nós. “O que vocês estão fazendo...”. Parecendo que nós éramos bandidos, marginais e eles...

Então, eu acho que não cabe esse tipo de coisa e a Secretaria de Meio Ambiente entrar na minha propriedade, cometer esses absurdos e vir dizer que é um local preparado para pesca e tal. Desde 85 que estamos dentro dessa área e continuaremos lá até que o Estado nos tire de lá, nós achamos que temos o direito de continuar usufruindo daquilo lá.

E essa questão da pesca, até me chamou a atenção. Por quê? Porque eu não posso pescar lá, mas a SEMA pode. Nesse dia que eles foram lá cometer esse abuso, eles pegaram a nossa canoa no lago, constrangeram os nossos funcionários, com soldados apontando a arma para os funcionários: ‘Posso usar a canoa?” Claro, o senhor pode usar a canoa. Nós vamos falar que não? Pegaram a nossa canoa, entraram no lago, pescaram, foram para a nossa sede, assaram na nossa churrasqueira, deitaram lá para tirar a sonequinha depois do almoço. Na minha casa, sem a minha permissão. Invasão de domicílio, como eu chamo isso. Invasão de domicílio. E eu já pedi esse procedimento que ele falou que foi para a Ouvidoria lá da SEMA. Se não apurar lá, vai apurar na Delegacia, porque eu vou entrar com a queixa crime por invasão de domicílio. Vocês não têm o direito de chegar na minha fazenda, sem a minha autorização, entrar e usar...

s/asg

1127au52.asg

O SR. LUCIANO RODRIGUES –...vocês não têm o direito de chegar na minha fazenda, sem a minha autorização, entrar e usar a cozinha, assar peixe, comer e dormir lá no meu sofá. Vocês não têm o direito de fazer isso, de jeito nenhum, de maneira alguma! Está registrado, está bem registrado isso aí e vocês vão pagar por isso aí.

Além do mais, essa ordem que eles dizem que têm dos órgãos superiores até hoje, eu pelo menos não recebi, nenhum tipo de alternativa. Eles apenas chegaram lá para mim: “Olha, você tem que tirar o gado até a data tal.”. Sim, mas qual a alternativa que a Secretaria do Meio Ambiente está oferecendo para a população? Nada. Nenhuma vez eles chegaram: “Olha, vocês vão tirar o gado, mas vocês vão poder explorar o turismo, alguma coisa.”. Nada! Eles querem, simplesmente, que nós saiamos de lá, sem direito a nada, sem receber nada, não querem pagar o direito dos poceiros.

SEM REVISÃO

A pauta para quem é... Ameaçando que a Polícia Federal que vai chegar lá e vai tirar, sem oferecer nenhuma alternativa.

Eu estava até observando aqui, a lei que autoriza a criação de Unidades de Conservação, diz em seu inciso X, Art. 5º:

"X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.".

Então, quer dizer, eles não cuidaram de fazer isso, de trazer para nós as alternativas para que nós possamos de alguma maneira...

Pessoas, como foi bem falado aqui, nasceram e criaram dentro daquele parque e não têm outra alternativa para prosseguir vivendo com essa saída do campo.

Eu vou finalizar aqui passando as reivindicações. A Associação se reuniu um pouco antes desta Audiência Pública e nós listamos algumas coisas que serão encaminhadas ao nobre Deputado, por um ofício...s/lcb

1127au53.lcb

O SR. LUCIANO RODRIGUES -...que serão encaminhadas ao nobre Deputado, por um ofício do Presidente da nossa associação e nós pretendemos que o senhor hoje comparece aqui num ato de extrema boa vontade com a população de Novo Santo Antônio seguindo o pedido do nosso Prefeito, dos nossos Vereadores, o senhor atende e vem ouvir as nossas reivindicações, então, isso nos dá confiança de passar para o senhor a nossa pauta de reivindicações e esperamos que o senhor realmente dê o encaminhamento lá que seja adequado para esses nossos pedidos.

Então, eu passo aqui a ler o que a associação vai endereçar para o senhor. Primeiramente a mudança de categoria da unidade de conservação e consequentemente o plano de manejo para a unidade de uso sustentável também está previsto na lei ou área de recursos de vida silvestre, que são modelos de unidade de conservação aonde você pode conciliar a parte preservacionista com a propriedade privada trabalhando em parceria que aliás, também, eu quero ressaltar todos os ocupantes do parque e até essas fotos que foram mostradas aí parecendo que as pessoas estão alí explorando aquilo alí. Não! Todos nós que estamos lá está cuidando da preservação daquelas áreas. Quantas vezes os meus empregados e os empregados lá dos meus vizinhos saíram para talhar pescadores profissionais entrando dentro da área. Quantas e quantas vezes e sem autoridade para fazer isso.

Então, eu acho que se nós conseguíssemos desenvolver um sistema de parceria, de modo que nós que estamos lá e que ficamos lá o ano inteiro, temos mais oportunidade de ajudar do que atrapalhar, só que essa parceria apesar de toda a nossa boa vontade, a Secretaria de Meio Ambiente já teve lá na nossa área, já recebeu o nosso apoio, carro, barco, gasolina, comida. Infelizmente... A polícia militar que sempre ia lá, nós éramos parceiros deles para desenvolver as operações, hoje anda escoltando as pessoas da SEMA e ameaçando os moradores do parque.

Então, o segundo pedido da pauta aqui é a suspensão imediata da execução do atual plano de manejo até a conclusão da mudança de categoria da unidade de conservação...

...s/tmr...

1227au54.tmr

SEM REVISÃO

O SR. LUCIANO RODRIGUES - ... até a conclusão da mudança de categoria da unidade de conservação e aprovação do novo plano de manejo.

Aqui o relato dos moradores, os excessos da fiscalização, incluindo essa apreensão dos bens que foram mencionados pelo Sr. Alexandre que, na verdade, eu chamo de subtração, porque a partir do momento, estando o agente ou não no exercício da função, adentra lá na minha propriedade, retira alguma coisa e não deixa lá o auto de apreensão, porque tinha lá gente que poderia ter recebido, para mim ele está subtraindo um bem meu que estava lá dentro da minha casa. Pior. Sem nenhum mandato judicial para ingressar na minha residência e subtrair, é uma palavra que eu uso, alguma coisa que estava lá. Então, ele, como diz, a verdade dele é uma e de nós todos aqui é outra verdade.

Discriminação dos posseiros que são proprietários, pois muitos habitam e mantêm atividade econômica há décadas como é no caso o Sr. Benildes quando chegamos aqui ele já era proprietário ali e muitos outros.

(ALGUÉM FALA DA PLATEIA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. LUCIANO RODRIGUES - 51, eu tenho registro da posse lá de 1951.

Que os proprietários ou ocupantes do parque têm oportunidade de participar da elaboração do novo plano de manejo, após a mudança de categoria.

Também a reivindicação da associação, autorização para utilização e manutenção da estrada, que liga Novo Santo Antônio a Luiz Alves.

A associação endossa esse pedido da Câmara Municipal neste sentido que essa estrada passe aí, porque vai trazer um progresso imenso para essa região e não é só Novo Santo Antônio. Vai beneficiar os outros municípios que estão ...

O ex-Prefeito João Mara está dizendo que é uma MT que realmente vai beneficiar toda essa região.

Estamos pedindo também o empenho não só do Prefeito, dos Vereadores, agora da Assembleia Legislativa, na pessoa do Sr. Deputado que nos apóiem no nosso projeto de eletrificação rural sendo que já foi feito um estudo de viabilidade. Essa coisa caminhou. Houve um problema com a intervenção do Grupo Rede, que antecedeu a Energisa, mas eu já tenho informações que a Energisa voltou a trabalhar nesse processo.

Vejo que hoje no Brasil todos têm direito à energia elétrica, menos nós que estamos .../lcb

1127au055.cac

O SR. LUCIANO RODRIGUES - ...direito a energia elétrica. Menos nós que estamos situados aqui dentro do parque.

Então, a discussão se pode ou se não pode, mas eu acho que, enquanto estivermos lá, nós somos brasileiros e também temos o direito de receber o benefício da energia elétrica na nossa propriedade.

Queremos também a revogação das multas aplicadas pela SEMA nessa questão do gado, que eles nos notificaram para tirar o gado e quem não tirou eles aplicaram a penalidade. Acho que, provavelmente, poucos dos que tem gado lá tem condições de tirar esse gado e lavar para outra

SEM REVISÃO

área. Então, estamos pedindo a revogação de não só essas multas do gado, mas todas essas multas aplicadas aos ocupantes do parque do Araguaia.

E aqui eu já tinha até falado, finalmente, que é a devolução de todos os bens subtraídos. Eu não sei lá, se no caso da Dona Tereza, eles fizeram o auto de apreensão... Deixaram... Mas, você vê que a situação dessa senhora, a dificuldade, mora num local isolado, sem acesso, precisa da canoa como um veículo para chegar na cidade, tem lá três crianças pequenas e hoje está impossibilitada. Se acontecer alguma emergência e ela não tem como tirar as pessoas de lá. E aí ela recebe uma orientação: "Não, vai procurar a Defensoria Pública. E aí eles vão fazer um requerimento, um não sei o que...".

Então, Deputado, eu peço diretamente ao senhor, para que intervenha nesse caso e devolva a canoa da Dona Tereza porque ela necessita dela como transporte. Eu acho que o senhor tem como. Vê-se claramente que foi um ato de arbitrariedade. Porque vai lá para a SEMA e eles passam um mês analisando, depois devolve e tal, depois ela tem que entrar com o Juiz aqui, pedir, enquanto isso ela está isolada lá. Eu acho que o senhor...

Então, que essas coisas sejam realmente analisadas por Vossa Excelência e que, especificamente, nessas situações de maior risco, o senhor interceda pessoalmente para tentar dar solução para essa situação mais emergencial.

Nos outros casos...

s/asg

1127au56.asg

O SR. LUCIANO RODRIGUES –...situação mais emergencial.

Nos outros casos, como já falei, nós estamos entrando na espera judicial e vamos tentar recuperar aquilo que nós achamos que sofremos algum tipo de lesão.

Então, com essas palavras, eu agradeço novamente a presença de Vossa Excelência aqui, do Prefeito, dos Vereadores.

Eu parabenizo muito as pessoas do Parque que vieram, atenderam esse chamado, vieram aqui na frente e tiveram a coragem de expor as suas dificuldades, os seus problemas de vida, porque eu acho que nós unidos... Acho que todos nós aqui falamos sempre no mesmo sentido, sempre no mesmo sentido.

Existe a verdade de lá e a nossa verdade de cá. Nós vamos continuar juntos na nossa luta e acho que lá na frente sairemos vitoriosos.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Sr. Luciano, eu te estendi um pouco mais o tempo.

Eu preciso que você escreva os pedidos, oficialize, por mais que está gravado, para tentarmos buscar os encaminhamentos que são possíveis.

Eu vou ter o Prefeito fazendo o encerramento; depois, você, Alexandre Batistela. Mas, antes, até para contribuir, Sr. Alexandre Batistela, com o seu raciocínio final, eu quero sim fazer algumas observações.

SEM REVISÃO

Primeiro, a Assembleia Legislativa está aqui para buscar dentro das regras, dentro das leis, dentro dos direitos, dentro de tudo, achar soluções para que acabarmos com essas insatisfações existentes aqui e que certamente isso fique bom para todos. *O.K.*?

Então, esse é o nosso objetivo.

O Sr. Alexandre Batistela não tem culpa, o Governador atual não tem culpa, a Assembleia Legislativa também não tem culpa. Também não estou totalmente culpando os que criaram esse Parque, mas infelizmente no Brasil é assim. Infelizmente! O Parque é bom? O Parque é ótimo, mas a cidade de Novo Santo Antônio não quer viver somente da receita do Parque.

É muito bom o ICMS, ouviu, Sr. Alexandre? Agora, de forma responsável, se nós encontrarmos caminhos para que a cidade possa ter em seu turista, possa ter em seu empresário, possa ter em seu produtor a condição de alavancar o fomento da cidade...s/lcb

1127au57.lcb

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) -...a condição de alavancar o fomento da cidade. Se você andar em Novo Santo Antônio, até gostaria que você pegasse o carro e desse uma volta, você verá que está tudo fechado. Se não fosse o Bosaipo lá atrás, o Deputado Humberto Bosaipo ter colocado a mão, Novo Santo Antônio, Bom Jesus, Serra Nova, Alto da Boa Vista, aqui seria tudo reserva indígena. E não se tornou reserva indígena.

Aqui vieram pessoas que acreditaram, algumas pessoas talvez iludidas, mas infelizmente criou o parque e não se deu solução para as pessoas que estão dentro do parque. Trinta anos. Vai para onde? A mesma coisa da Suiá-Missú, criou um decreto, uma reserva indígena. Não olhou as pessoas que estavam lá dentro, alguma, sim, de forma errada, nós temos que sermos claro com as coisas, porém os assentados agora que o INCRA vai andar, e não estou culpando o INCRA, eu estou culpando o Governo, o contexto governamental buscando uma ato para as pessoas que lá estavam. Estão vivendo do que de lá até aqui? Quantas pessoas que morreram?

Então, o nosso erro, talvez, vamos criar? Vamos criar, vamos fazer uma preparação antes, vamos ajustar as coisas para que depois não se criam um problema e nós temos que estar aqui buscando uma solução é o nosso dever e se nós não buscarmos a solução, isso aqui é briga para o resto da vida. A polícia vai tira, volta para dentro. Não estou incentivando isso, e rolo, confusão. As pessoas às vezes sentem-se ofendidas, porque também às vezes um servidor é ofendido. Eu acho que nós temos que encontrar aqui uma harmonia. Nós temos que construirmos um situação pacífica, precisamos aprimorar, preparar, ter mais gente envolvida nisso, pessoas que também sejam preparadas para se relacionar com as pessoas que estão aí dentro, que estão com os nervos à flor da pele, nós precisamos pensar nisso.

E o que nós não queremos é que ocorra aqui o que ocorreu com o poço da mata. O turismo é a salvação dessa cidade ou uma das grandes forças para alavancar esse município, não temos como não conviver com isso, mas esses turistas que vêm também, ele tem que entender que ele não pode pegar um barco e um irresponsável aqui que coloca o barco, vai junto e enche de tartaruga e que não pode. Porque vocês não podem só pensar nesse momento de vocês, vocês têm filhos, têm crianças que vão crescendo...

...s/tmr...

1127au58.tmr

SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) - ... filhos, têm crianças que vão crescendo. Então, precisa existir uma educação ambiental neste sentido, porque daqui a pouco tudo isso que muito belo também vai se acabando e ecologicamente correta e de maneira sustentável, precisamos cuidar disso. Foi criado.

Talvez eu estou enganado, mas foi uma exigência mundial quando o Estado buscou um recurso mundial, um financiamento e mundo diz assim, e o mundo quer nos responsabilizar. Até parcialmente com algumas razões que precisa ter meio ambiente. Nós precisamos ter o meio ambiente bem, mas nos penalizaram, nos emprestaram dinheiro condicionando esse empréstimo à criação de várias unidades aqui no Estado de Mato Grosso. Uma pena talvez os estudos – e o Alexandre pode falar depois – que podem ser refeitos, apontaram a criação da reserva. Se fosse sustentável não teríamos os problemas que nós estamos tendo hoje, não só aqui, mas também em outras regiões do Estado de Mato Grosso.

Se for preciso, Alexandre, precisamos parcerias ou o Ministério Público estadual, Ministério Público Federal, com quem for. Temos que sentar à mesa para achar caminhos.

Daqui a um ano nós voltaremos aqui, daqui dois anos voltaremos aqui, daqui três, daqui quatro, daqui cinco, e nós acabamos não achando a solução. É claro que a decisão judicial, você a contrapõe recorrendo, mas enquanto você não tem uma decisão daquilo que você recorreu, você tem que respeitar a decisão judicial. Decisão judicial é para ser cumprida. Não temos como passar por cima da decisão.

A própria Secretaria deve ou vai, não sei se é isso que vai fazer, está contestando algumas decisões judiciais que estão ocorrendo aqui e uma briga jurídica que não compete a mim, não compete a vocês. A decisão infelizmente, aliás, não é nossa.

Reformas, talvez nós não teríamos como ao permitir essas reformas talvez não teríamos que ter um acompanhamento, talvez não teríamos que ter um projeto? E você reformar uma coisa imprópria para ficar belo, tudo bem, não pode crescer. O objetivo não é devastar mais. É não abrir novas áreas. Tem uma área aberta, colocou aqui o Sr. Benildes. Ele cresceu, teve filhos, enquanto ele fica lá precisa ter essas pessoas lá dentro. Talvez esse acompanhamento dessas reformas não podemos ter uma estrutura .../cac

1127au059.cac

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) - ... Talvez, nesse acompanhamento dessas reformas, nós não podemos ter uma estrutura vigilante ajudando, orientando, auxiliando para que os erros não venham acontecer?

O Governo não vai conseguir cercar o parque. Porém, as pessoas também têm que ajudar a cuidar do parque, não é verdade? E nós só vamos conseguir isso se buscarmos um bom entendimento, até porque todos precisam fazer a sua parte. Aqui está cheio de gente boa, mas tem gente ruim que passa aí por dentro, também. Tem gente que vem, tem gente que não respeita. Tem gente que, se não cuidarmos, põe fogo. Tem gente que faz tudo errado e vai embora e que vocês precisam ajudar, continuar ajudando, a fazer essas fiscalizações que fazem.

O gado é a subsistência das pessoas que estão lá dentro. As multas não vão inibir. A multa é o momento, e dificilmente serão pagas. Não estou incentivando a isso, mas encontrar o

SEM REVISÃO

caminho para que isso não ocorra é a nossa solução. É o caminho que nós temos e, se nos prepararmos, nos organizarmos, acabaremos evitando tudo isso.

Talvez tenhamos, Alexandre, que ampliar essa equipe aqui. Eu acho que a nossa menina, aqui, que trabalha sozinha, salvo um lapso da minha memória, é pouca gente para trabalhar em conjunto, conversar como faz com o prefeito, com a sociedade, com as associações. Todo mundo tem que entender o lado um do outro, senão, o caminho, evidentemente, não vai ser encontrado.

O manejo sustentado, essa hipótese remota, não dá para discutir isso? Não dá para conversar isso? Não dá para pensar nisso? Não pode ser uma vontade nossa, somente, com a contrariedade da SEMA. Eu acho que, se a SEMA entender, e você é inteligente para isso, para analisar isso, por que não encontrarmos esse caminho? Por que não buscarmos fazer um novo estudo, talvez, no sentido de permitir isso? É uma resposta que nós queremos. Agora, eu não quero ficar responsabilizado pelo futuro dessa reunião, nem pelos lucros e nem pelas perdas.

A Assembleia Legislativa veio aqui, de forma unânime ouvi-los, ouvir os dois lados, mediar isso. É possível, acredito que, se houver boa vontade, é possível, dá para nós ajustarmos, até aceitar. Quem tem escritura, como você tira alguém que tem uma escritura não mão?...

s/asg
1127au60.asg

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) –...Quem tem escritura? Como você tira alguém que tem uma escritura em mãos?

O Governo criou um parque numa área escriturada, e aí, vai fazer o quê? E esses que têm documentos? E esses que por mais que terão os seus direitos, as pessoas históricas de dentro do Parque.

Para nós fortalecermos e buscarmos de forma responsável a solução - e a solução não é minha, a solução não é de vocês, não é do Sr. Alexandre, não é do Governo, é nossa -, para isso nós temos que colocar daqui para frente... O que passou de encrenca, o que teve, passou! Nós temos que nos relacionar bem. Relacionar bem! Os nossos policiais precisam se relacionar bem.

As pessoas têm que entender que eles cumprem dever. Quando eles vão para missão, se estão indo, satisfazendo vocês ou não, eles estão cumprindo uma missão para a qual foram designados e que precisam tratar bem as pessoas também, senão não nos ajustamos.

Mas quero anunciar aqui que vou criar uma Frente Parlamentar para cuidar desse assunto. Não me sinto em condições, sozinho, de tratar desse assunto. Eu vou fazer uma proposta à Assembleia Legislativa para ser aprovada uma Frente Parlamentar para cuidar desse tema aqui, onde nós abriremos de forma democrática, justa, entendendo todos os lados, com uma solução para esse impasse que temos aqui, para essa cidade ter satisfação, para que o Parque possa alcançar os seu objetivo e que no final todos nós possamos sair felizes.

Então, quero deixar pontuadas essas posições, essa visão que tenho que pode estar errada ou pode estar certa.

Eu quero passar a palavra ao Prefeito Eduardo Penno para sua fala final. Ele que é o nosso anfitrião.

Depois, eu quero ouvir a fala final do Sr. Alexandre Bastitela para nós partirmos para o encerramento da nossa Audiência Pública.

SEM REVISÃO

E gostaria que todos ficassem presentes até o final.

O SR. EDUARDO PENNO – Durante toda essa discussão, eu também fiz igual ao Deputado Baiano Filho, eu pontuei porque são muitas coisas que foram faladas e muitas delas nós temos que relembrar ao final da discussão.

Vou começar pela pontuação que eu fiz.

A primeira coisa: eu achei importante o Deputado Baiano Filho falar, muita coisa que iria falar, ele falou. Acabou me adiantando.

Nós temos que debater essa questão do parque com debates responsáveis, Vereadores, Presidente da Casa que está aqui.

Primeiramente, o que falaram é verdade, o que o Deputado Baiano Filho falou e o que o Sr. Alexandre Batistela está falando não deixa de ter sua verdade sobre o ICMS...s/lcb

1127au61.lcb

O SR. EDUARDO PENNO -...não deixa de ter a sua verdade sobre o ICMS, ele não corresponde a 60%, porque na verdade isso é todo o ICM. Todo município recebe ICM. E hoje o ecológico é agregado ao ICM normal. Então, o ICM que vem como ecológico, ele está o ICM normal e o ecológico, mas não deixa de ser uma pasta importante, eu calculo de 20 a 30%, mais ou menos, porque o ICM ele oscila muito. Nós temos que ter também uma discussão responsável, que se hoje da noite para o dia o município arrecadar 20% a menos, também terá um problema muito sério para a Câmara, para os funcionários, a unidade de saúde e para as escolas. Nós temos que fazer esses estudos, esse trabalho com responsabilidade. Ah, mas se o parque tivesse cem mil cabeças de gado hoje renderia mais. Renderia. Mas na hora que acabar o parque até ele chegar até cem mil cabeças de gado, vai demorar um tempo. E esse tempo como é que o Poder Público sobreviverá? Certo? O município ele trabalha com a previsão do ano que vem está orçado o orçamento nosso do ano que vem. Então, há uma previsão de que vai arrecadar. Todas as despesas do município, folha e tudo, ela é baseada com a previsão do ano que vem. Se você rompe esse cordão umbilical hoje, como será em janeiro quando ele não vier mais? Você não tem essa previsão.

Então, nós temos que trabalhar também isso com seriedade. E essa é uma discussão muita séria. Segundo passo eu digo que o que o Deputado Baiano Filho falou, eu comentei com o Alexandre aqui, nós temos que adequar o que já existe, não adianta nós rompermos e começarmos do zero. Eu acho que a adequação, sim, ela viria ao ensejo de não prejudicar o município e não prejudicar os moradores do parque, que seria essa discussão de nós criarmos uma reserva sustentável, que ela é viável, ela é aprovada, ela existe no Brasil, existe o Instituto Chico Mendes na Amazônia, aonde pescam pirarucu, aonde matam jacaré, nós temos que fazer o estudo certo, fazer esse estudo certo. O que o Deputado Baiano Filho falou agora foi o melhor que nós escutamos nessa assembleia, fazer uma frente de trabalho na Assembleia Legislativa para estar debatendo este estudo. Vamos chamar a UNEMAT foi quem fez o primeiro estudo, vamos chamar a UFMT para fazer esse novo estudo e vamos estar montando um estudo sério que possa contemplar os moradores do município dentro do parque e os moradores que estão na cidade. Se nós com todas as dificuldades que estamos hoje já está assim. E se nós perdermos 20%, 30%? Se perder 10% gente, já um problema na hora de você fechar uma folha de pagamento no final do mês. Se nós formos para o final de uma arrecadação mensal é significativo isso. É um problema. Eu estou falando isso...
...s/tmr...

SEM REVISÃO

1127au62.tmr

O SR. EDUARDO PENNO - .... eu estou falando isso quem sabe se optarem um dia por acabarem com o parque, eu nem seja o prefeito mais, porque isso tudo no Governo dois, três anos é logo. Quando a coisa acontece com dois, três anos está rápido. Eu não seria nem gestor, mas não poderia ser imprudente em deixar uma discussão, pegar um rumo que nós sabemos que lá na frente daqui a cinco, seis anos, ela vai prejudicial e alguém vai pagar caro por isso.

Por isso que temos que fazer uma conversa muito séria. Eu deixo a pergunta ao senhor, Alexandre, há como mantermos um diálogo, de estarmos reformulando aestrutura do parque, do jeito do manejo do parque, a SEMA, abre as portas para tentarmos fazer essa discussão junto com a Assembleia Legislativa, junto com o Executivo, junto com a associação dos moradores da nossa cidade para sentarmos e tentarmos uma maneira para apaziguarmos esse atrito que nós temos em nossa região? Porque a maneira sustentável ela preserva.

Eu estou aqui, eu conheço o Sr. Benildes há vinte anos e tinha o Sr. Cardoso que estava há vinte, tem o Arão lá do Alto Araguaia também, que você chega lá e ele não deixa você pescar. O Benildes não deixa você comer tartaruga, não. Eu já fiquei acampado lá. Para você comer um peixeinho, para jantar lá você tem que chorar para ele. Ele cuida. Eu não estou defendendo, não. É a realidade quem conhece essas pessoas... Ronaldo, da Silvana, você pode passar na fazenda que você vê os veados na beira da estrada.

Então, tudo preservado. E são pessoas que trabalham, que estão lá, mas eles que têm sim a ... de preservar. Existem pescadores que vêm sim depredar, e fazem essa arruaça e que vão embora, e depois os moradores levam fama.

Eu, desculpa dizer, estou aqui há uns cinco, seis anos, porque eu voltei para cá, e ainda não vi uma grande apreensão de pescado do pescador profissional até hoje. E todo mundo sabe que eles pescam dentro do parque, muitos deles entram dentro do parque para pescar. E o morador, como dona Tereza que mora lá, que precisa comer, ela perde a canoa. Aí falaram: “Ah, mas por quê?”

Os fiscais estão andando no normal, vão oito horas da manhã, vão às casas e vão pegar o morador; agora você vai andar um lago de madrugada, você vai pegar arrastando as canoas. Nós estamos ... Está muito fácil pegar o morador, porque é mais fácil achá-los. E o pescador está sendo muito bem blindado. Nós precisamos discutir isso.

Eu acho que nós estamos no momento, Alexandre, o momento que eu falo é o momento pacífico, estamos aqui com todos os proprietários que querem essa discussão, que querem achar uma solução pacífica. Nós temos os colombolas que estão aí, é dentro do parque também. É uma nova discussão que tem que ser levada a sério também. Eles vão estar reivindicando os seus direitos.../cac

1127au063.cac

O SR. EDUARDO PENNO - ...discussão que tem que ser levada a sério, também. Eles vão estar, também, reivindicando os seus direitos. Eu acho que é o momento propício, é nós trabalharmos a reestruturação do parque para os moradores e para os Quilombolas que estão aí reivindicando os seus direitos. E se amanhã eles ganharem os seus direitos e vocês terão que colocá-

SEM REVISÃO

los lá dentro? E aí vocês colocam os Quilombolas lá dentro e retiram os moradores com trinta anos, também, que tem, vamos dizer, os mesmos direitos dos Quilombolas. É um grupo só. Os Quilombolas e os produtores, aqui, são um só, porque todos estão reivindicando os seus direitos de moradia de trinta nos. É um grupo só. E os Quilombolas ainda tem a esfera Federal que está fazendo todo o seu estudo, toda a sua análise. Então, é importante isso aí.

Ao Luciano, que já saiu, eu vou dizer, assim, a residência do cidadão, pela Constituição, é o local inviolável. Eu acho que isso tem que ser bem respeitado, sim. Nós temos que ter muita cautela nisso. Está na Constituição para somente com mandato judicial e altamente fundamentado para você entrar. A residência do cidadão é um lugar inviolável, o seu quarto, a sua cozinha. Eu acho que temos, sim, que ter bastante cautela nessas decisões. Nós ouvimos muito isso. Não estou dizendo que é a verdade de lá ou a verdade daqui, como o Alexandre falou. Mas nós ouvimos o tempo todo, que chega, entra, que abre o freezer, que abre a geladeira, que vai olhar de baixo da cama. Temos que ter cuidado com isso. Temos que ter cuidado. Se não tem morador, gente, não mexe, não arrebente a porta. Espera, senta, veja quem é, diga que precisam fazer a vistoria, conversa, vamos ter um diálogo aberto, vamos fazer o que o Deputado Baiano Filho está falando. Não vamos nos afastar entre a SEMA e o morador, vamos conversar, entre o morador e a SEMA, com a Polícia Militar, com as ONGs que estão fazendo o serviço. Vamos fazer uma coisa mais justa, mais transparente para que ninguém fique na sombra. Para que ninguém, ao ver um carro, corra para o mato.

Sabe, eu também vejo isso como uma coisa vergonhosa. O cidadão que está ali, o único erro que ele tem é a subsistência. Ele está ali só peando a sua vaca, ele não quer outra coisa mais. Ele quer morar, dar comida para os seus filhos e cuidar da sua vaquinha. Se vai ter que mudar, vamos trabalhar essa mudança, vamos fazer do jeito certo. Não é colocando-o para dormir dentro do mato, ou derrubando, para quando ele chegar e sua casa está caída. Essa não é a discussão que nós queremos do Poder Público.

Nós estamos aqui para mediar. Como o Deputado Baiano Filho falou, eu não vou vestir a camisa e dizer: “Vamos resolver?”. Não! Eu estou colocando o Executivo à disposição. Se precisar ir a Cuiabá, irei junto. Se precisar ajudar na despesa, o município está se prontificando. Se precisar levar um ônibus para a Assembleia Legislativa, o município vai fazer o possível para deslocar o ônibus. Vamos levar os representantes. Estamos aqui nos colocando à disposição.

Não vou falar que iremos tomar a frente porque não damos conta de tocar isso aí. Eu acho que tem que ser uma questão mais da associação...

s/asg

1127au64.asg

O SR. EDUARDO PENNO –...tocar isso aí. Eu acho que tem que ser uma questão mais da associação e os produtores que têm que fazer essa frente. Mas na hora que me convidar, estou aqui à disposição.

Como eu disse para vocês: estou aqui à disposição, defendendo a parte ecológica, mas também defendo o produtor. Eu acho que Novo Santo Antônio precisa da reserva, do mesmo jeito e precisa das pessoas humanas.

SEM REVISÃO

Aquilo ali é nossa bacia, se essa bacia acabar, nós não teremos mais turistas, o turista vem porque aqui existe algo.

Então, nós temos que ter essa concepção que nós precisamos preservar, mas acho que o homem e o ambiente podem sobreviver juntos. Esta é uma frase muito antiga.

Os países lá fora derrubaram tudo e criaram a regra para nós aqui cumprirmos. Eles já foram tudo, os índios deles foram jogados no deserto, já morreram de fome quase todos e os nossos aqui, cada dia com mais terra, com mais regalia que eles impõem.

Não vou dizer que vamos vencer essa luta, lá fora não, mas aqui dentro nós podemos.

Esse conflito nosso com o Estado é um conflito que a Assembleia Legislativa tem esse poder, tem essa força.

A SEMA, eu acho que ela tem que abrir esse espaço para o diálogo, antes tarde do que nunca. Errar foi humano na discussão, manter o erro é burrice. Errou-se no princípio? Vamos consertar, há tempo de consertar, tem como consertar sim, vai depender da flexibilidade. Precisa de um estudo? Vamos fazer um estudo. Precisa de um novo estudo? Uma nova equipe? UFMT? UNEMAT? Vamos ao Estado, vamos arrochar o Governador para ele liberar esse estudo, fazer com que esse estudo seja feito novamente.

Se há a possibilidade de se tornar sustentável... Não vou dizer que vamos fazer para sustentável, vamos ver se há essa probabilidade. Façam um estudo, se há como essa reserva se tornar sustentável.

Na criação de gado, o que ele come agora, o capim sobe amanhã novamente. Aqui esses espaços são todos nativos. O cara só faz o piquete da porta para o cavalo ficar mais fácil de ser pego, senão, você tem que caçar ele quinze dias com a espingarda para poder pegar o cavalo para olhar o gado. Então, só faz aquele piquete na porta para o cavalo ficar ali, agora as vacas é tudo na brabeza, é tudo no meio do mundo.

O vaqueiro aqui olha o gado é de noite, a hora que o gado junta para dormir, ele vai lá, cavalinho, passa a ponta do gado, volta para trás. Então, assim, é tudo natural, é tudo bem simples.

Eu acho que podemos sobreviver sim em harmonia.

Então, eu agradeço a todos que vieram, ao Deputado, à Assembleia Legislativa, nos prontificamos a estar à disposição.

Agradeço especialmente ao Sr. Alexandre Batistela por ter se prontificado a vir e ouvir porque muitos, Sr. Alexandre Batistela, quando veem o fogo, muitos correm. Eu acho que você foi até firme em vir e colocar a sua cara. Vamos dizer assim: colocar a cara a tapa. É importante, pessoal! Ele foi corajoso de vir representando o Governo. Ele escutou muita coisa.

Eu sei que ele está defendendo a bandeira dele e vocês estão defendendo a bandeira de vocês. Ele foi firme, chegou em sua posição, mas o que nós vamos dizer para ele? Vamos tentar ser mais flexível...s/lcb

1112au65.lcb

O SR. EDUARDO PENNO -... o que nós vamos dizer para ele: Vamos tentar ser mais flexível. Vamos dar ouvido para esse povo, vamos tentar melhorar isso.

SEM REVISÃO

Então, agradeço por ter vindo, essa hombridade de estar aqui presente, Coordenadora da SEMA, as polícias militares, os proprietários, os posseiros que estão aqui presentes, muito obrigado por esta oportunidade, isso é uma fato histórico para nós, foi muito importante e eu digo a vocês: Esse é o primeiro passo gente, nós vamos para o segundo, se depender de mim nós vamos, se depender de vocês têm que correr atrás. Se vocês quiserem correr atrás para o segundo passo, estou aqui à disposição, tenho certeza que o Deputado Baiano Filho estará lá à disposição também na medida que precisar de uma ajuda para nós e estará lá para nos dar essa ajuda para nós documentarmos e fazer a melhor coisa possível.

Muito obrigado a todos, agradeço a presença, a colaboração, meu muito obrigado (PALMAS).

O SR PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Prefeito Eduardo Penno. Ao final eu quero aproveitar a Audiência para prestar informações de como está a 158, essa nossa ligação até a Serra Nova Dourada, alguma coisa na área de saúde e também de energia. Alexandre, obrigado por estar aqui conosco, claro que você cumpre uma missão de Governo, o Eduardo foi muito claro em colocar que sempre que chamado você está aqui, põe a cara, expõe o outro lado, ouve e certamente eu acredito que esta Audiência Pública, nós poderemos tirar dela diretrizes, caminhos em busca de harmonizar isso aqui, encontrarmos uma solução que possa atender de forma pacífica, tranqüila, com estudo, o que todos nós queremos.

Então, eu quero que você com muita tranqüilidade faça o seu encerramento.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Mais uma vez eu agradeço a oportunidade, e como o Prefeito mesmo colocou e até o Vereador, quantas vezes estivemos aqui, conversamos, mas assim, eu acho que é a quarta Audiência que eu participo aqui e sempre estarei porque isso é parte do trabalho como gestor de uma sistema estadual. Entendam, como o Vereador falou: " Já vai dando bordoada". Mas isso é parte do meu trabalho, entendam, não saio daqui com mágoas, saio feliz, porque isso é parte de um processo democrático e volto a repetir: Não existe verdade absoluta. Em alguns pontos eu acho que é importante esclarecer, até dos questionamentos das pessoas, até que sejam gravados, para elas terem um resposta das perguntas que fizeram. Até vou começar um pouco de trás para frente, como o próprio Deputado colocou, foi um benefício que o Estado teve essas unidades de conservação vieram. Na verdade foi o quê? O Banco Mundial a fundo perdido no Governo...

...s/tmr...

1127au66.tmr

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... a fundo perdido no Governo um e dois do falecido grande Governador Dante de Oliveira, onde conseguiu recursos do Banco Mundial para fazer as grandes obras de infraestrutura, que até hoje todo mundo lembra de Dante, porque foi quem fez ponte ligando quase todo Estado, quem fez os grandes eixos de escoamento de produção foi esse recurso. E o Banco Mundial condicionou que, para essas grandes obras de infraestrutura, fosse criado um conjunto de unidade de conservação. E não foram aleatórias, fechou o olho e voltou aqui.

SEM REVISÃO

Foi um estudo muito complexo que pesquisadores de renome mundial, nacional fizeram isso e identificaram. Até chamaram e fez um decreto estadual, que chama Decreto das Sete Áreas. E aqui é uma delas.

Especificamente para se chegar essa categoria, que vai ser a resposta de um monte de perguntas da maioria de vocês. Vamos mudar o manejo do parque para que ele possa ser compatível. Isso não sou eu quem estou falando como, infelizmente, o Sr. Luciano não pode ficar por alguma razão até o final, mas quando ele usou a letra da lei, porque ele é advogado, que é a Lei Federal nº 9.985, de julho de 2000, que institui nacional de áreas protegidas.

Um parque não é compatível com o uso direto de recursos naturais. Isso já expliquei aos senhores mais de uma vez e voltaria aqui quantas vezes vocês quiserem. Isso não é problema. É o meu trabalho. Então, não existe compatibilidade de atividades como parque. Esse é um ponto. Não é mudar plano de manejo. Isso não resolve nada. Como foi uma das solicitações do Sr. Luciano suspender o plano de manejo. Se nós suspendermos o plano de manejo do parque, o que vai acontecer?

Eu tenho o Art. 28 desta mesma lei que o Sr. Luciano usou, que diz: “são proibidas na unidade de conservação qualquer alteração, atividade ou modalidade de utilização dos objetivos do seu plano de manejo e o seu regulamento.”

O parágrafo único deste artigo só dá uma exceção: “populações tradicionais garantirem o modo de vida tradicional.” E a grande maioria, Deputado, dos ocupantes atualmente dentro do parque não se caracterizam de acordo com o Decreto Federal de 2006, do nosso ex-Presidente .../cac

1127au067.cac

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ...Decreto Federal de 2006, do nosso Excelentíssimo ex-Presidente Lula, que caracteriza o que é uma população tradicional. São apenas para essa pequena faixa garantido o direito à subsistência até que eles sejam realocados. Isso é tudo letra da lei. Por isso que são importantes esses momentos de diálogo.

A outra vertente, como todo mundo coloca o manejo, o manejo, é como foi levantado aqui pelo vereador, o Sr. Luciano também colocou, a recategorização da unidade de conservação. Isso é um instrumento que é passível, depende de estudos técnicos. Isso, se for uma demanda, se tiver esses estudos, mas são estudos técnicos, não é para atender – não me entendam mal – a interesses de indivíduos. Tem que ser estudo técnico independente para identificar o que é e por quê. Essas unidades, e quando falo unidades, são três que nós temos aqui próximos de nossa esfera, tem uma federal também. As estaduais, que são os dois refúgios, que é o refúgio antes do Araguaia, onde fica o Sr. Gaspar, temos o refúgio da Mata Azul, que fica ao lado do posto do assentamento, que fica no limite do parque e o Parque Estadual do Araguaia.

Os estudos específicos da década de 1990, aonde teve reuniões com a população, identificação de ocupantes, de tudo isso, e foi baseado para criação da unidade, identificou que, nenhuma das áreas aqui, pelas pressões e ameaças que existiam na década de 1990, caberia uma de uso sustentável, que já existia uma nacional, que é a APA, meandros do Araguaia, que pega o Estado de Goiás e Mato Grosso, que é uma área bastante grande, relativamente, que é o Instituto Chico

SEM REVISÃO

Mendes, que é o ICMBIO, que é o órgão Federal que tem unidade de conservação. Então, naquele período, com os estudos técnicos, entenderam que não cabia outra categoria que não fosse de proteção integral.

Outro ponto dos questionamentos, em relação ao ICMS Ecológico. Prefeito, a Assessoria do senhor está muito mal informada. Eu vou encaminhar para o senhor, pessoalmente, a memória de cálculo do cálculo das porcentagens e vou discriminar todos os valores proporcionais do índice total, para que o senhor os tenha em mãos, até para evitar mal-entendidos, porque é o dinheiro que depois vão cobrá-lo. Eu vou encaminhar pessoalmente, falar quanto que é pelo tamanho do município, quanto que o senhor recebe pela população e quanto que o senhor recebe por ter o parque. Isso, a decomposição existe e eu mandar...

s/asg

1127au68.asg

O SR. ALEXANDRE BATISTELA –...isso, a decomposição existe e eu vou mandar a memória de cálculo que é o nome do instrumento, que é disponível no *site* da Secretaria, mas encaminharemos ao senhor. Certo?

O SR. EDUARDO PENNO – Eu agradeço! Se o senhor conseguir algo que me prove o contrário, ficarei satisfeito porque os dados que tenho foram requisitados na SEFAZ.

Inclusive, o Prefeito de Alto Boa Vista, Leuzipe e eu requisitamos isso. Nós estamos movendo uma ação contra o Governo porque os repasses do ICMS são abaixo. Ele requereu por causa do Parque Indígenas, a reserva, porque o ICMS não vem separado. Nós recebemos só o ICMS.

Nós queremos saber o que é ecológico e o que é extraecológico, do Governo. Solicitamos da SEFAZ, o dado que tenho foi da Secretaria de Estado de Fazenda. Agora, talvez a SEMA tenha um cálculo que ela faz, mas, talvez, não é o mesmo que a SEFAZ faz. Então, eu gostaria que o senhor me encaminhasse e vou analisar isso com muito carinho.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Até, assim, é uma complementação.

Na verdade, nós e a SEFAZ trabalhamos em conjunto. O índice é o mesmo e nós complementamos.

A conversa do Estado é unificada. Então, eu vou repassar para Vossa Excelência para ter esse conhecimento.

Entrando em alguns pontos, quando o Sr. Raimundo, da Associação, falou que nós continuamos com a ação, mesmo com a notificação.

Como eu disse desde o início: nós não discutimos ordem judicial. Como o próprio Deputado colocou, nós cumprimos ordem judicial. Tinha a ordem judicial para permitir as reformas; quando começamos a fazer a desmobilização de estruturas que dentro do entendimento da Secretaria, como foi colocado pelo Sr. Luciano que ele discorda disso - é um direito dele como cidadão, claramente, nunca questionei isso e nunca vou questionar -, nós fomos notificados por outra ação de Antecipação de Tutela que dizia apenas uma coisa para nós não realizarmos, era: nós tínhamos que parar imediatamente a desmobilização, que era o que nós estávamos fazendo na propriedade dele.

SEM REVISÃO

A partir do momento que nós recebemos isso, nós paramos a desmobilização porque eu não poderia jogar dinheiro público. Aquela operação custou aos cofres públicos mais de quarenta mil reais e era no segundo dia de ação, nós íamos parar.

O que veio? A ação foi para parar a desmobilização, a equipe continuou levantando as informações e fazendo as autuações, os embargos, do que não estavam previstos pelo juiz...s/lcb

1127au69.lcb

O SR. ALEXANDRE BATISTELA -...do que não estava previsto pelo juiz. Tanto é que na nossa ação que nós estamos ajuizando agora naquela Procuradoria do Estado, nós estaremos entrando com o pedido e junto com o Ministério Público Federal que já estamos em diálogo e com o Ministério Público Federal, viu Deputado, nós já estamos alinhados com os Ministérios Públicos, nós estaríamos também pedindo ressarcimento aos cofres públicos do valor da ação, porque nós não conseguimos cumprir o objetivo dela e é um dinheiro de todos vocês.

Então, assim, como eu falei: São verdades e teses que no caso do parque hoje, a corda esticou, ela já está na espera judicial. Então, não há mais essa possibilidade de se ficar vamos fazer isso ou fazer aquilo. Agora, está judicializado a situação. Iniciou-se aos associados e nós estamos respondendo a isso.

No outro ponto a questão da paciência de estar aqui, de estar aberto tudo isso que nós estamos chegando hoje que é a autuação e a próxima ação que nós iremos fazer para quem não cumprir isso, digo estado, e qualquer um que no seu direito se sentir ameaçado, tem todo o direito de recorrer. Como quem já ganhou na justiça, nós respeitamos. É o quê? É a apreensão de gado que continuar dentro do parque. O que é isso? É o que a lei sobre áreas protegidas dentro de uma unidade de conservação. Eu não tenho como dizer para vocês, vender ilusões que vai ser diferente disso. A possibilidade foi como... O Deputado muito perspicaz e conseguiu colocar e o Prefeito também, pedir que se faça um novo estudo, se isso identificar que a categoria de manejo não é parque, seja uma reserva de desenvolvimento sustentável, uma resex, aí eu vou falar como técnico a trinta anos na área com mestrado e doutorado. Eu nunca enquadraria um estudo mínimo que chegaria aonde o uso sustentável alí dentro seria o RDS ou o RESEX, que é o único argumento até as propriedades de lazer não poderiam ficar, ficaria só quem fosse caracterizado como população tradicional teria direito. Isso também é o meu entendimento técnico. Por isso que eu acho que é um caminho, sim, essa proposta do Deputado realizar-se um novo estudo para entender.

Agora, existe também as limitações técnicas de categoria e não existe mais no Brasil e isso é muito bom. Não é porque um iluminado disse que quer um parque e quer que acabe um parque, ele vai acabar. Hoje estamos numa situação...
...s/tmr...

1127au70.tmr

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... vai acabar. Hoje estamos numa situação de democracia de direito que é um processo que você tem muitos atores envolvidos. Isso é muito

SEM REVISÃO

grande, é muito bonito, e é um amadurecimento da democracia do nosso país, e até do nosso próprio Estado.

Nós hoje estamos aqui, os representantes de várias esferas administrativas estamos dialogando. Ninguém está aqui pegando pelo pescoço de ninguém. Cada um está contando a sua história, a sua verdade. Isso é democracia! Isso é bonito! Por isso saiu daqui muito feliz.

Agradeço de novo o convite e voltarei sempre que puder. Infelizmente é uma das coisas que eu não tenho apreço, eu não tenho essa possibilidade de estar o tempo todo nas unidades de conservação, de que eu sou o gestor. Hoje, nós temos três milhões de hectares em Mato Grosso, Deputado, que é diretamente ligado à coordenadoria que eu estou hoje. Nós temos quase 100 funcionários distribuídos dentro do Estado, são 46 áreas protegidas que nós ... Infelizmente têm algumas que eu não consegui chegar, mas é algo que eu vejo isso com muito olhos positivos, a Secretária Ana também tem isso de uma forma muito positiva. O nosso Governador é uma pessoa que teve uma formação dentro das linhas da lei, ele é advogado. Ele foi Procurador Federal, foi Senador da República, ele está hoje Governador, espero que continue Governador, e quem sabe, quiçá, virá a ser Presidente da República. Aí este país vai para frente.

E uns questionamentos do pessoal ... Mostrar animais mortos na praia. Eu não sei do caso, não chegou ao meu conhecimento, não sei se é da praia, é ou não dentro do parque, mas aparentemente, olhando a situação, aquela área ali estava sendo proteção de uma espécie de ameaçada de extinção. Está na lista vermelha de ameaça.

Na lista internacional, *sites*, que é espécie em risco por duas coisas. Excesso de predação humana; segundo coisa, destruição ... com pequena ressalva, tráfico nacional e internacional.

Qual são as espécies? Eu acho que vocês conhecem bem mais do que eu, *Podocnemis expansa*, é o nome esquisito dela, vocês chamam como tartaruga-da-Amazônia. Mas o risco de proteção é menor. Ela está em menos risco, quem vocês acham mais hoje? Tracajá, quantas viradeiras vocês têm hoje proporcional .../cac

1127au071.cac

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... proporcional, quando vocês iam para o rio para trás para fazer casamento, para comer. A proporção e o tamanho médio delas, a cada ano diminuiu, não diminuiu? Eu sei que diminuiu. Eu sei que ninguém aqui come tartaruga, mas eu sei quem sabe de alguém que come, cada ano que passa, elas estão menores e está mais difícil de achá-las. Isso é fato.

Então, as espécies que estavam mortas ali, que são espécies que nós chamamos "daninhas", entre aspas, estou falando manejo para uma espécie em risco. Que humanos colocaram em risco. Ali eu não sei quem está fazendo isso, mas existem técnicas, existem autorizações, que é isso que eu estou dizendo, porque ali é urubu, carcará e *teiu*, camaleão, que vocês chamam aqui. No quintal de muita gente aparece esse bicho, não? ...
(A SRª PARTICIPANTE DA PLATEIA RESPONDE AO ORADOR FORA DO MICROFONE – IGUANA.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Sim. Eu chamo *teiu.* Ela falou iguana, mas eu chamo de *teiu*.

SEM REVISÃO

(O SR. PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Sim, era *teiu*. Eu vi o bicho morto e era *teiu*. Eu o conheço como *teiu, tupinambis*. Até sei o nome esquisito, porque a minha formação é nessa área de conservação.

Então, assim, não estou dizendo que isso é certo ou errado. Estou explicando tecnicamente que existem técnicas de manejo. E ali, pelos rastros que eu vi e como não tem nenhum comedor de tartaruga aqui, mas vocês devem conhecer alguém que é, aqueles rastros são de *podocnemis expansa*, são de tartaruga amazônica; não são de *unifilis*, não são de tracajás. São espécies em risco por uma única causa: gente como demais. Gente não sabe manejar aquele recurso.

Eu trabalho com manejo de vida silvestre. Eu não trabalho com preservação de vidas silvestres. Eu não acredito em unidade de conservação dentro de uma garrafa. Unidade de conservação tem que ter uso, só que, o que acontece? Existem categorias distintas. E o conflito... Isso, Deputado, nós temos que ter muito claro, hoje, o conflito que temos aqui é de categoria de manejo. As pessoas que estão dentro do parque querem o uso que não é apropriado pela categoria. E é isso que está gerando todo esse conflito.

Então, como parte...

(O SR. PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Sim, é isso que eu estou dizendo, são incompatíveis. Esse que é o conflito de uso. Esse conflito de uso é o que vocês querem e o que o manejo, a categoria específica estabelece legalmente. Então, eu posso falar isso, até que alguém mude a lei nacional de área...

s/asg

1127au72.asg

O SR. ALEXANDRE BASTITELA –...até que alguém mude a lei nacional de áreas protegidas, nem eu como gestor, nenhum dos Deputados como Deputado, vai fazer um acordo que isso vai mudar.

O que está acontecendo hoje? É um reflexo de um trabalho que está tentando se mediar isso, Deputado. Desde 2010, quando começamos, e Vossa Excelência tem acompanhado esse trabalho nosso. Com o Elson, depois com o Alonso, dai veio o ///, e hoje com a nossa gestora atual.

É um trabalho de tentar mediar, de tentar achar o caminho do meio, tanto é que vários dos senhores aqui, pelos menos há três ou quatro anos foram já notificados em relação ao gado, e foram orientados também a procurarem o direito de vocês.

Nós não fizemos nada do dia para noite. Isto eu posso dizer com todas as letras, temos tudo isso arquivado e guardado. É algo que é um processo de longo prazo.

Eu digo aqui que o essencial para nós neste momento é começarmos a falar numa língua que seja dentro da legalidade, dentro do que é possível ser feito. Deputado, nós não podemos mais...

SEM REVISÃO

Essa ação que nós estamos fazendo aqui vale para os senhores, não é só aqui. É a primeira vez que um braço do Estado está conseguindo começar e fechar um processo de gestão de áreas protegidas, de controle e monitoramento de áreas protegidas. E não é só aqui, Deputado, que estamos com uma ação exatamente igual a essa.

Para que Vossa Excelência tenha uma noção, eu estou aqui hoje, mas tem uma equipe minha em Vila Bela da Santíssima Trindade, no Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, que é uma situação muito mais complicada do que aqui; tem outra equipe minha que está na Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt que é uma situação extremamente grave, Vossa Excelência tem acompanhado isso até pela Comissão que Vossa Excelência faz parte e a Câmara Técnica, que nós estamos auxiliando para tentar resolver os conflitos também que existem ali de uso; e temos uma equipe que acabou de retornar do Parque Estadual do Cristalino, ou seja, são ações. Por isso eu queria que vocês entendessem isso muito claro, nós como Estado não temos nada contra nenhum dos senhores. Pelo contrário, nós sabemos que gestão e conservação, como o próprio Deputado colocou, depende de quem está aqui, não é de quem está de passagem, é quem é o morador. E é um processo de construção ao longo prazo, isso nós entendemos.

Portanto, isso eu quero tranquilizar vocês.

Mas há uma coisa que vou deixar bastante clara também: eu não vendo ilusões, eu sou técnico.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. LUZIMAR ARAÚJO ROCHA – Sr. Alexandre, me esclarece uma coisa...s/lcb

1127au73.lcb

O SR. LUZIMAR – Sr. Alexandre, me esclarece uma coisa, porque eu fiquei em dúvida, eu fiquei encucado com aquelas imagens que apareceram alí com os carcarás, // e se eu não me engano... só isso mesmo que apareceu.

(O SR. PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. LUZIMAR- urubu? Eu não sei, mas achei que você achou normal aquilo lá ou é impressão minha?

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Não, o senhor não entendeu.

O SR. LUZIMAR – Mas pelo o que eu entendi, quer dizer, tracajá aqui para nós quem passou informação para vocês que está em extinção está errado, o que está em extinção são aqueles animais que estavam mortos.

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Não, na verdade eu não falei que isso é natural, o que eu expliquei, primeiro não se pode fazer essas ações sem autorização, o que eu disse é que eu não sei aonde é, eu não sei se está dentro do parque, eu vi fotos. E o que aí olhando e pelo o que eu conheço de manejo de espécie, quem falou tracajar, foi o prefeito. A espécie que eu estou dizendo para o senhor e não sou eu, a IUCN que é a União Internacional para espécies ameaçadas de extinção, que o Brasil é signatário, o acordo mundial da *sytes* que é contra o tráfico de comércio de espécies ameaçadas por uso incorreto de humanos é a tartaruga, é aquela que o povo gosta de pegar

SEM REVISÃO

para o casamento, que é o bicho grande, fazer farofa de casco, eu sei que aqui ninguém come, tudo bem.

Então, é a tartaruga. Essa é a espécie. Foi até o que eu falei para o Prefeito, tracajar não está em risco. Tanto é que cada dia você acha mais tracajar, e antes o povo não comia. Sabe como é que funciona? É igual baleia. Quando você sabe que baleia está em risco, quando eles começam caçar uma menor.

Há vinte anos alguém comia tracajar aqui?

(O SR. PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Hoje come. Eu posso falar com certeza. Não! O meu pai trabalhou de contador da Suiá-Missú quando abriu-a, ele não comia não, ele comia carne de tartaruga, tracajar ele pegava pequenininho para dar de presente porque era bonitinho, pintadinho.

(O SR. PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Eu faço o meu trabalho.

(O SR. PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ALEXANDRE BATISTELA – Tranquilo. Então, é nesse sentido que eu digo que são técnicas de manejo, ok? E, assim, de forma geral o que foi colocado, essa é a posição do Estado referente a isso em relação às reivindicações que...

...s/tmr...

1127au74.tmr

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ... em relação às reivindicações que o Sr. Luciano colocou muitas delas hoje são ou ilegais, da forma que está a legislação, ou dependem de ações hoje judiciais, como autos de infração serem derrubadas. Tanto é que, de novo eu falo como das últimas quatro vezes, que eu vim aqui, qualquer pessoa, qualquer cidadão que tenha o seu bem apreendido, que teve a sua propriedade adentrada por equipes, que teve autuação, embargo, ele legalmente tem o direito administrativamente de recorrer a isso, contar a versão dos fatos e judicialmente recorrer a isso.

Então, não existem verdades absolutas. Então, fiquem tranquilos. Se o seu direito você sentiu que foi cerceado vá atrás dele. Isso é um direito de qualquer cidadão. Ainda bem que vivemos num país democrático de direito. Não numa ditadura, que eu falo ou o Deputado fala ou o prefeito ou qualquer um dos moradores fale é verdade. Isso tenho muito tranquilos. Decisão judicial quando eu recebo, eu não fico bravo, nada, eu respeito e faço. Quando tem um advogado administrativamnete recorre e ele consegue que o bem seja devolvido ao cidadão, também, como eu orientei o caso da senhora. O caminho técnico e legal existe, isso que eu falei para ela.

SEM REVISÃO

Uma coisa. Eu ainda cheguei ao Prefeito, Vossa Excelência não assessoria jurídica para ajudar a fazer a ponte, porque a prefeitura pode muito dar essa ajuda. Agora não é possível ... Ainda bem porque há alguns anos um Secretário de Estado falava que pedra era papel; no dia para a noite, pedra virava papel. E ainda bem que não é mais assim. Nós temos hoje discussões de pontos de vistas e vai decidir se pedra é realmente papel. Não é porque alguém diz que é, porque é. Então, isso hoje precisamos seguir os caminhos da legalidade. É o processo de mudança que nossa sociedade está passando hoje.

E temos que respeitar isso, até para fazermos a parte. Porque é fácil falar do político que está preso, que está fazendo coisa errada, e nós? Se nós estamos com o direito sendo machucado, vamos procurar o caminho da legalidade, para que não seja dado o direito. O Sr. Luciano falou agora que vai entrar numa ação e vai pedir indenização que é um direito que ele .../lcb

1127au075.cac

O SR. ALEXANDRE BATISTELA - ...indenização, que é um direito e acho que ele tem que entrar mesmo. Como eu recomendo a cada um que entre.

Com relação ao último ponto, para encerrar, para não alongar, de abordagens. Infelizmente, como o Deputado mesmo falou, existem pessoas boas e pessoas ruins. E uma coisa que eu aprendi com um falecido professor meu, ele falava: Alexandre, não pense que todo mundo é ruinzinho. Mas também não ache que todo mundo é bonzinho. Quando um técnico chega na beira de um rio, chega numa casa, existem procedimentos de treinamento de abordagem. No passado, isso nunca foi feito. Felizmente, o Governo de Mato Grosso, hoje, está investindo pesado em segurança pública e em treinamento de seus agentes. Entenda-se também, um técnico meu, eu tenho poder de polícia ambiental, eu posso dar voz de prisão, não sendo policial. Tanto é que eu tenho vários analistas que têm porte de arma e não são policiais. E nós temos treinamento para procedimento de abordagem.

Eu peço desculpas, mais uma vez, se alguém se sentiu constrangido, mas é muito difícil. Vocês vivem aqui, vocês sabem disso. Dependendo da situação que você se coloca, você sabe quem é o joio e quem é o trigo. Então, o procedimento para preservação de vidas, tanto do agente público como da pessoa abordada, são procedimentos padrões. E, hoje, os policiais militares de Mato Grosso estão tendo treinamento que eu tenho muito orgulho de trabalhar com eles.

Ele talvez não se lembre, mas uma vez, quando eu entrei na SEMA – esta é a minha última fala -, ele ainda era policial. O meu primeiro posto foi em São Félix do Araguaia. Sabe quem me salvou de um PM louco que queria pegar uma velhinha que estava numa ////// desmontada? Este senhor aqui, que pulou bem na frente do PM. Porque ele queria prender o alvo de qualquer jeito. E a gente falando não pega, não pega... E o PM ficou bravo comigo porque era alguém totalmente sem treinamento. Agora você se lembrou, daquele moleque que você ajudou daquela vez? Sou eu. Eu nunca me esqueci de você.

Porque não existia procedimento. Hoje, o Governo de Mato Grosso está fazendo, realmente, uma mudança. Eu peço desculpas em nome do Governo, em nome da nossa Secretaria, em relação de abordagens que foram. Mas também nós não somos coniventes com abusos de poder. Se qualquer um sentiu que o seu direito foi cerceado, denuncie, que nós encaminharemos, averiguaremos, mas também nunca vamos usar..

SEM REVISÃO

s/asg

1127au76.asg

O SR. ALEXANDRE BATISTELA –...denuncie, porque nós encaminharemos, averiguaremos, mas também nunca vamos acusar alguém preventivamente, mas todo cidadão tem direito a ser tratado com dignidade, e isso nós continuaremos fazendo.

Eu agradeço imensamente essa oportunidade.

Quantas vezes vocês precisarem, eu estando ainda na Secretaria, estarei aqui para auxiliar no que for possível.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) – Foras as considerações finais do Sr. Alexandre.

Antes de partir para o encerramento, aproveitar que estamos com a região e não é sempre que consegue estar perto de todos.

Acreditamos, vou repetir: acreditamos quem em meados do próximo ano nós vamos retomar a construção da parte final da BR-158. Então, ao longo desse tempo todo, estou há doze, há treze anos na região, e mais quatro anos como Deputado, passaram quatro anos, praticamente cinco para fazermos os ajustes que eram necessários.

Primeiro, a rodovia para o eixo; depois da rodovia, veio para o contorno da reserva; projetos foram feitos, projetos tiveram a necessidade de serem consertados; houve uma determinação, aliás, um pedido da FUNAI para que esse projeto fosse mudado em virtude da comunicação correta ou não, se existe ou não um cemitério indígena entre Serra Nova Dourada e Alto Boa Vista, esse projeto foi refeito; todo ele já foi aprovado, os dois trechos, essa Rodovia será licitada em dois lotes, praticamente noventa quilômetros cada lote: Alô Brasil, Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada, Alto Boa Vista, Pontinópolis e Luizinho.

Então, aquela especulação: “vai voltar para cá, vai ser pra lá.”. Não! A rodovia vai fazer o contorno da Reserva Indígena.

Outra informação: nós fizemos audiência há um pouco mais de 30 dias na FUNAI, onde estive presente com o DNIT, o Ministério dos Transportes, o IBAMA e a FUNAI, enfim. Quando falei da expectativa de meados do próximo ano é porque existe uma vontade muito forte da FUNAI em conceder o licenciamento, em autorizar a concessão do licenciamento pelo IBAMA, que está agora em cooperação técnica com o Estado de Mato Grosso.

A Secretaria do Meio Ambiente é quem fará esse licenciamento ambiental. Consequentemente, as possibilidades de agilidades são maiores. E por que o Governo Federal está buscando essa agilidade?

...s/lcb

1127au77.lcb

O SR. PRESIDENTE (BAIANA FILHO) -...E por que o Governo Federal também está buscando essa agilidade? Por que os indígenas estão lá de posse na reserva, por meio do Cacique Damião que tem cobrado constantemente que façam este acordo, façam esse asfaltamento, porque é intenção o fechamento da reserva lá dentro do seu trecho. O estudo indígena está pronto, o

SEM REVISÃO

estudo de impacto também está pronto, está faltando somente essa finalização do processo licitatório que o DNIT deve anunciar ainda em 2015, nesse ano, e depois a SEMA com toda a estrutura e boa vontade do Governo do Estado de Mato Grosso vai correr atrás, vai acelerar os passos para conceder para que nós possamos realizar um dos grande sonhos que nós temos que é definitivamente fazer o asfaltamento na 158. Informações específicas aqui de Novo Santo Antônio e Serra Nova Dourada também.

Vocês tem observado que por mais que nós trabalhamos lá atrás para que esse trecho fosse inserido também dentro do Programa de pavimentação, que com as pressões acabou se tornando um programa para atender todos os municípios que estão fora do asfalto, alguns deles não estão sendo contemplados.

Na nossa região nós ainda temos um lote em Cocalinho de trinta e oito quilômetros, um lote final. Na nossa região nós temos, aliás, um lote total de Luciara até a 242 e temos também o lote de São Félix do Araguaia até o Alto do Boa Vista, porque a 158 vai passar no Alto do Boa Vista. E ainda temos três lotes lá entre Santo Antônio de Fontoura indo a Natanael, Sucupira até o São José do Xingu, esses lotes não foram contemplados no financiamento por alguns motivos. Primeiro, alguns os projetos estavam atrasados; outros como Luciara e São Félix do Araguaia sem o licenciamento ambiental o banco não faz o financiamento. Então, são lotes que nós viemos conversando com o Governador pedindo a ele agilidade nesse sentido, tão logo nós passamos as licenças de São Félix e Luciara, e os outros lotes já têm o licenciamento o Cocalinho e São José do Xingu, nós vamos em busca de recursos para contemplar, não deixar essas cidades sem o seu asfaltamento.

E aqui em relação a Novo Santo Antônio voltando, o lote está aprovado, tem projeto, tem empresa, está dentro do Programa, não tem problema nenhum, e o nosso problema foi com a empresa. A empresa vencedora do processo licitatório ela tem várias obras no Estado, existem empresas que querem fazer muito e não dão conta, capengaram praticamente no ano de 2013, onde receberam ordem de serviços, pouca movimentação. Neste ano de 2015...
...s/tmr...

1127au78.tmr

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) - ... pouca movimentação.

Neste ano de 2015 que se encerra um pouquinho mais, mas insignificante diante da necessidade da estrada e a nossa pressão, através de uma pressão de vocês, Vereadores, da sociedade organizada e do Prefeito, junto ao Governo estadual, no bom sentido falando, fez com que o Governo chamasse a empresa para que ela ou entre na obra ou deixe a obra, depois de muita conversa, até porque não é fácil você também tirar uma empresa sem o diálogo. Você só conhece isso judicialmente, mas, graças a Deus, nós conseguimos um entendimento onde a Empresa Três Irmãos está abrindo mão desta obra. A empresa que virá para o trecho é a Empresa Construtora Rio Tocantins, que está fazendo a pavimentação do Município Santa Terezinha até a BR-158. Primeiro acordo entre a empresa que sai depois a que entra. Depois colocar tudo isso no papel para dar legalidade e acabei aqui, através de mensagens e tantos outros problemas, que estamos aqui, mas têm outros acontecendo do lado de fora, acabei aferindo a Secretaria de Estado de Infraestrutura que está pactuado, o acordo já está legalizado e assinado e a Construtora Rio Tocantins começa a pavimentação, que é um sonho de vocês, no próximo ano.

SEM REVISÃO

O Alexandre falou também da segurança que o Governo tem investido que é para o nosso e para o bem de todos. Consequentemente trazendo mais sociais, mais militares, mais civis, mais agentes, mais viaturas com qualidade para que a nossa região e o Estado de Mato Grosso, que tem nas grandes cidades muitos problemas. Mas quero destacar que a nossa região do Araguaia, com trabalho nosso, dos prefeitos, dos Vereadores, enfim, nas pessoas envolvidas na área de saúde, nós temos tendo um avanço muito forte. A cidade de Barra do Garças, o consórcio de saúde de Barra do Garças tinha até o final do ano passado um aporte de recursos de apenas 180 mil reais por mês. Com o trabalho que todos nós fizemos e com o bom senso do Governo já saímos de 180 para 1 milhão, 320 mil reais por mês que vai melhorar a atendimento de toda uma região; o consórcio de Água Boa, no qual está participando neste momento devido a um enfraquecimento do consórcio em São Félix do Araguaia, o Municípios de Novo Santo Antônio, Serra Nova e Bom Jesus hoje vão para o consórcio de Água Boa. E lá os recursos foram ampliados de 240 para 480 mil, onde temos a expectativa inclusive com uma audiência com o Governador na semana repassada, não nesta semana, que nos garantiu que vai aportar mais recursos para que possamos ter aqui.../cac

1127au079.cac

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) - ...que vai aportar mais recursos para que nós possamos ter aqui, mais perto, os primeiros leitos de UTI, aqui na cidade de Água Boa.

São Félix do Araguaia também está passando por uma reestruturação. Não é somente o recurso do consórcio, que estamos ampliando de cinquenta e nove mil reais para duzentos e quarenta mil reais, nós temos que melhorar o hospital. O Estado está liberando setecentos mil reais para uma nova reforma ao hospital ao lado, que tem pouca utilidade. E aí, quem sabe, num futuro muito próximo, quando nós voltarmos a focar essa ligação de Novo Santo Antônio com São Félix do Araguaia, talvez com a estrutura oferecida, se for boa, pelo consórcio de São Félix, talvez todos vão ficar mais próximo de uma boa estrutura.

E lá em Confresa, também, já saltamos cinquenta e três para cento e vinte e três, para duzentos e cinquenta mil, já estamos recebendo quinhentos mil, no entendimento de dois a três meses, mas queremos chegar a setecentos e cinquenta mil reais com os recurso que o Governo Pedro Taques tem investido aqui na nossa região e que, observem, em audiência que nós realizamos ontem, lá em São Félix do Araguaia, tudo o que eu vou falar aqui ainda demanda tempo. Infelizmente, serviço público não é rápido.

Nós conquistamos - o Eduardo estava em Brasília comigo e outros prefeitos no ano passado - duas PCs, duas máquinas que ficarão no Consórcio, aqui, hoje, sediado em Serra Nova; uma outra, no Consórcio que está sediado em Porto Alegre do Norte, com fim específico para atender a piscicultura.

Por que nós não conquistamos as máquinas, ainda? Porque quando os convênios com os Ministérios iam ser feitos, tanto o Consórcio aqui de baixo que está em Serra Nova como o Consórcio de cima estão inadimplentes. Aí houve a necessidade de o Consórcio ser realizado com a prefeitura-sede. O prefeito japonês pegou a assinatura de todos os prefeitos aqui de baixo, o prefeito Emival Gomes de Freitas pegou a assinatura de todos os prefeitos lá de cima, os convênios estão saindo com as duas prefeituras, Porto Alegre e Serra Nova. Inclusive, o Marcos /// está aqui, a PC

SEM REVISÃO

desse consórcio está licitada, faltando apenas o pagamento dessa PC e aí nós faremos a retirada desse maquinário.

Agora, nós não vamos só fazer os trâmites dentro de um entendimento que será feito. A Audiência Pública, ontem, nós conseguimos tirar o Secretário de Agricultura que veio e também do Presidente da EMPAER, vamos construir em São Félix do Araguaia, acredito que vamos demandar uns dois anos ainda, um centro de produção de alevinos para atender a esses tanques que nós vamos construir.

Fora isso, temos o comprometimento da Ministra Kátia Abreu, que está sendo feito convênio com o...

s/asg

1127au80.asg

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) –...o comprometimento da Ministra Kátia Abreu que está sendo feito convênio com o São Félix do Araguaia, aliás, com a cidade de Confresa onde a região também terá um frigorífico de peixes. E aí o que nós decidimos lá ontem, Prefeito Eduardo Penno, para termos avanços porque, senão, nós conversamos, conversamos e as coisas não andam.

O Sr. Mário, de Alto Boa Vista, que é servidor da EMPAER efetivo, será o Coordenador Regional do Programa de Piscicultura do Pirarucu aqui da região. A nossa responsabilidade está nas PCs, buscar os recursos no centro de alevinos.

A EMPAER vai fazer a capacitação dos servidores para que possamos trabalhar os municípios. Então, creio que dentro dos próximos anos nós vamos ter um avanço grande nessa cadeia produtiva aqui da região.

Aproveitar para dizer que nós vamos ter um atraso, outra demanda que nós trabalhamos na região que é a energia. Os nossos assentamentos não estão totalmente sendo atendidos com o Programa Luz Para Todos porque nós temos problema de energia lá na região. Falta energia elétrica!

Nós vamos ter aí essa solução definitiva em 2019 ou 2020, que a energia do Nortão/Paranatinga, Paranatinga/Canarana, e distribuição aqui para a região.

Nós não cruzamos os braços, nós fomos com os Prefeitos em Brasília, fizemos audiência com o Ministro de Minas e Energia que nos garantiu a construção de uma termoelétrica que está em fase de construção. Mas a meta de ligar essa termoelétrica que vai permitir incrementar no sistema elétrico da região mais vinte *megawatts*, e com vinte *megawatts* nós vamos conseguir fazer com que o Programa Luz Para Todos possa voltar à atividade. Porém, a nossa termoelétrica, devido ao atraso, só estará em funcionamento no mês de março do próximo ano de 2016.

Então, alguns itens nós acabamos de colocar com informações para vocês.

Para finalizar em definitivo, antes do nosso Hino do Estado do Mato Grosso, dizer que eu acredito que o nosso encontro - e vocês também vão fazer as suas respectivas avaliações - foi altamente proveitoso porque a cada momento nós temos novos momentos, novas situações boas e também ruins que acabam sendo colocadas aqui pela sociedade, pelas pessoas que estão convivendo com os problemas, com o Governo que tem a responsabilidade também de ter esse entendimento.

SEM REVISÃO

Nós estamos chegando ao final de ano, não dá para esperar que daqui até o dia 20 de dezembro que são os últimos dias de atividade, não só da Assembleia Legislativa, nós vamos ter o recesso de final de ano, onde os municípios também vão exigir, mas tão logo retorna a Assembleia Legislativa no próximo ano, e nós vamos propor a Frente Parlamentar para cuidar...s/lcb

1127au81.lcb

O SR. PRESIDENTE (BAIANO FILHO) -...nós vamos propor a frente parlamentar para cuidar dessa tema com mais cabeça, com mais pessoas, com a equipe técnica, com pessoas qualificadas para propormos um novo estudo, é o caminho que nós temos propormos um novo estudo e aguardar esse estudo e ao mesmo tempo de forma politicamente falando, aliado ao Prefeito Eduardo e aos Vereadores, nós buscarmos dentro da SEMA que ela nos deixe respirar. É uma pena que o Alexandre não está aqui, mas vou dizer isso a ele, que vou visitá-lo durante a próxima semana lá na Secretaria para que nós terminemos esse final de ano com tranqüilidade, que vocês tenham tranqüilidade, que o servidor do Estado que está aqui também tenha sua tranqüilidade, que nós todos tenhamos essa tranqüilidade e que vamos até o último momento, até o apito final, vamos dizer assim, buscar uma solução, tentar encontrar e que não está na minha responsabilidade apenas, e que pode acontecer ou não uma solução para que nós tenhamos felicidade aqui na região.

Então, meus amigos muito obrigado, um feliz natal a todos vocês, um ano que vem muito bom, não retorno mais aqui esse ano, muito provavelmente ainda venho em Serra Nova do Norte em 20 de dezembro, em Bom Jesus do Araguaia, o povo do Alto do Boa Vista está aqui, vocês podem sempre contar com o nosso trabalho apoiado pelo nosso Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Estadual Guilherme Maluf.

Fiquem todos com Deus e encerrando esta Audiência Pública, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso agradece a todos mais uma vez e vamos em posição de sentido cantarmos o Hino do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado a todos.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO)

SEM REVISÃO

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia de França Dallef.

SEM REVISÃO